



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**INSTITUTO DE CULTURA E ARTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
**CURSO DE JORNALISMO**

**CARMEM HELENA FORTES**

**LIBERDADE DE IMPRENSA E DEMOCRATIZAÇÃO: UMA ANÁLISE  
COMPARATIVA DO SISTEMA MIDIÁTICO E POLÍTICO ENTRE ANGOLA E  
CABO VERDE**

**FORTALEZA**

**2018**

CARMEM HELENA FORTES

**LIBERDADE DE IMPRENSA E DEMOCRATIZAÇÃO: UMA ANÁLISE  
COMPARATIVA DO SISTEMA MIDIÁTICO E POLÍTICO ENTRE ANGOLA E  
CABO VERDE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Jornalismo do Instituto de Cultura e Artes do departamento da Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial à obtenção do grau de Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Diógenes Lycarião

Fortaleza-CE  
2018

CARMEM HELENA FORTES

**LIBERDADE DE IMPRENSA E DEMOCRATIZAÇÃO: UMA ANÁLISE  
COMPARATIVA DO SISTEMA MUDIÁTICO E POLÍTICO ENTRE ANGOLA E  
CABO VERDE.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao curso de Jornalismo do  
Instituto de cultura e artes do  
departamento da comunicação social da  
Universidade Federal do Ceará como  
requisito parcial à obtenção do grau de  
Jornalismo.

Aprovada em: / / \_\_\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Diógenes Lycarião  
(Orientador- UFC)

---

Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho  
(Examinador Externo- UNILAB)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Erica de Oliveira Lima  
(Examinador Interno- UFC)

Fortaleza– CE  
2018

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho á minha mãe ,  
pelo apoio incondicional e por sempre acreditar em mim.*

*Á minha avó, que mesmo longe, sempre esteve perto.  
Pelo exemplo de mulher batalhadora que ela foi e por sempre  
me inspirar.*

*Sou o resultado da confiança e da força de vocês.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por cada oportunidade de crescimento que tem me proporcionado, e por todas as bênçãos derramadas na minha vida.

Aos meus familiares pelo encorajamento e pela confiança depositada ao longo da minha graduação.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Diógenes Lycarião, pela orientação conduzida de forma ética, profissional e harmoniosa, meus profundos agradecimentos pela oportunidade de aprendizagem proporcionada em cada encontro e também no Gruppocom.

Aos professores, do curso do jornalismo pelo aprendizado ao longo da graduação.

A todos os amigos que tive a oportunidade de compartilhar momentos importantes ao longo dessa jornada, em especial a Carla, a Cecília, e a Kátia, por sempre estarem ao meu lado nessa caminhada, alegrando meu dias.

Ao meu namorado por todo apoio e companheirismo.

A minha tia de coração, Hete, e minha amiga Francisca, pelo amor e cuidado ao longo desses anos longe da família.

A todos que de alguma forma me acolheram, me incentivaram e acompanharam meu crescimento e amadurecimento, em meios aos desafios e dificuldades, fazendo me tornar a mulher que sou hoje.

*“Qualquer princípio de inteligência que alcançarmos  
nesta vida, surgirá conosco na ressurreição*

**Doutrinas & Convênios 130:18**

## **RESUMO**

**FORTES, H.C. Liberdade de imprensa e democratização: Uma análise comparativa do sistema midiático e político entre Angola e Cabo Verde a partir das variáveis proposta por Hallin e Mancini.** Fortaleza: UFC . 2018. (Monografia).

Angola e Cabo Verde compartilharam o mesmo processo de colonização. Durante anos viveram sob o domínio de Portugal até ao processo de descolonização e a tão almejada independência. Angola, após a independência ficou dividida entre três partidos: MPLA, FNLA E UNITA nas regiões do Norte, Centro e Sul do país; o que culminou numa guerra civil em 1975 até 2 de Fevereiro de 2002, e um presidente no poder há 32 anos. Cabo Verde por sua vez, em 5 de julho de 1975, o PAIGC, partido binacional, ocupou totalmente o poder em Cabo Verde, até o golpe de Estado de 1980, em Bissau, que fez com que essa união se desmoronasse e Cabo Verde seguisse para abertura política. Segundo Repórteres Sem Fronteiras, Cabo Verde é o país com maior liberdade de expressão na comunidade dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Angola, por sua vez, é classificado como um dos piores da mesma comunidade, e na Classificação Mundial da Liberdade de Imprensa está quase a cem posições de separação com Cabo Verde. Partindo desse contexto, pretendemos identificar os fatores que eventualmente bloqueiam ou bloquearam a liberdade de imprensa e o processo democrático em Angola. A presente pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e coleta de dados para a construção teórica – metodológica. Foram importantes a definição de quatro variáveis baseando nos autores Daniel Hallin e Paolo Mancini que fundamentaram para a compreensão das diferenças e fatores existentes no que tange à liberdade de imprensa, nos dois países no âmbito do processo de democratização, explorando a evolução das políticas de comunicação. Portanto, ao longo da análise empreendida, constatou-se uma disputa de poder desde a independência pelos três partidos angolanos supracitados (MPLA, FNLA E UNITA) que comprometeu diretamente a segurança do Estado e, como consequência, desse comprometimento, desenvolveu-se um maior controle nos sistemas midiáticos e políticos daquele país pelo governo, o qual passou a oprimir os principais órgãos de comunicação, tanto privado quanto públicos. .

**Palavras-chave:** Liberdade de imprensa; Democratização; Angola; Cabo Verde.

## **ABSTRACT**

**FORTES, H.C. Freedom of the press and democratization: A comparative analysis of the media and political system between Angola and Cape Verde.** Fortaleza: UFC. 2018. (Monography).

Angola and Cape Verde shared the same colonization process. For many years they lived under the rule of Portugal until the process of decolonization and they longed for independence. Angola, after independence was divided between three parties: MPLA, FNLA and UNITA in the North, Center and South regions of the country; culminating in a civil war in 1975 until 2 February 2002, and a president in office for 32 years. Green Cape, on July 5, 1975, the PAIGC, a binational party, totally occupied power in Cape Verde until the 1980 coup in Bissau, which caused Cape Verde to crumble and Cape Verde for political opening. According to Reporters Without Borders, Cape Verde is the country with the greatest freedom of expression in the Portuguese Speaking African Countries (PALOP). Angola, is classified as one of the worst in the same community, and in the World Press Freedom Classification is almost one hundred separation positions with Cape Verde. From this context, we intend to identify the factors that eventually blocked the freedom of the press and the democratic process in Angola. The present research was developed through data collection for the theoretical - methodological construction. It was important to define four variables based on the authors Daniel Hallin and Paolo Mancini who based their understanding of the differences and factors that exist in relation to the freedom of the press in the two countries within the scope of the democratization process, exploring the evolution of communication policies . Therefore, during the analysis undertaken, the power dispute since independence by the three parties (MPLA, FNLA AND UNITA) was directly compromised with state security and as a consequence of this commitment, increased control of media and political systems of that country by the state government, oppressing the main media and private bodies as publics with the aim of maintaining control over the security of the oppressive state.

**Keywords:** Freedom of the press; Democratization Process; Angola; Cape Verde.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### 1) Quadro

Qua.1- Emissoras de rádio em Angola.....	74
Qua. 2- Jornais Impresso em Angola... ..	75
Qua.3- Emissoras de rádio em Cabo Verde... ..	77
Qdo.4- Jornais impresso em Cabo Verde... ..	79

### 2) Figura

Fig.1- Jornalismo sentado... ..	50
Fig.2- Posição geopolítica de Angola e Cabo Verde na África... ..	70

## SIGLAS E ABREVIATURAS

**ANA** = Agência Angolana de Notícias.

**AJOC** = Associação dos Jornalistas de Cabo Verde

**ANGOP** = Agência Angolana de Notícias.

**CCPD** = Círculo Cabo-verdiano para a Democracia.

**CEAST** = Conferência Episcopal de Angola e São Tomé.

**CEFOJOR** = Centro de Formação de Jornalistas.

**CK** = Club K (Club dos Angolanos no Exterior).

**CONCP** = Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas.

**CNCS** = Conselho Nacional da Comunicação Social.

**CPLP** = Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

**CRA** = Constituição da República de Angola.

**CRCV** = Constituição da República de Cabo Verde

**DUDH** = Declaração Universal dos Direitos Humanos.

**FAC** = Frente Ampla de Cabo Verde

**FNLA** = Frente Nacional de Libertação de Angola.

**LAC** = Luanda Antena Comercial.

**MFA** = Movimento das Forças Armadas

**MLGCV** = Movimento de Libertação da Guiné e de Cabo Verde.

**MpD** = Movimento para a Democracia

**MPLA** = Movimento Popular de Libertação de Angola

**ONG** = Organizações Não-Governamentais

**ONU** = Organização das Nações Unidas

**OUA** = Organização da Unidade Africana.

**PAI** = Partido Africano de Independência.

**PAICV** = Partido Africano da Independência de Cabo-Verde.

**PAIGC** = Partido Africano para a Independência de Guiné Bissau e Cabo-Verde.

**PALOP** = Países Africanos de Língua Portuguesa.

**PANA** = Agência Panafricana de Notícias

**RSF** = Repórteres Sem Fronteiras.

**RCV** = Rádio de Cabo Verde

**RNA** = Rádio Nacional de Angola.

**RTC** = Rádio e Televisão de Cabo Verde

**RTP** = Rádio e Televisão Portuguesa

**SJA** = Sindicato dos Jornalistas Angolanos.

**UCID** = União Cabo-verdiana Independente e Democrática.

**UDC** = União Democrática Cabo-verdiana.

**UE** = União Europeia.

**UNESCO** = Agência das Nações Unidas para a Educação e Investigação, Cultura, Ciência e Tecnologia.

**UNITA** = União Nacional para a Independência Total de Angola.

**UNITEL** = 1ª Empresa de Telefonia Móvel de Angola.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	
1.1 Objetivos da pesquisa.....	14
1.2 Metodologias da pesquisa... ..	14
<b>2. CAPÍTULO-I CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....</b>	<b>17</b>
2.1 Colonização.....	17
2.2 Descolonização .....	21
2.2.1 As fases da descolonização .....	22
2.2.2 A luta de Libertação .....	22
2.2.3 Independencia. ....	25
2.3 Período Pós Independência .....	28
2.4.1 Angola: O conflito (atores internos e externos) .....	29
2.4.2 Cabo Verde: Um regime monopartidário para um regime multipartidário... ..	36
<b>3. CAPÍTULO II-ANÁLISE COMPARATIVA DOS SISTEMAS MEDIÁTICOS E POLÍTICOS ENTRE ANGOLA/CABO VERDE.....</b>	<b>41</b>
3.1 O Histórico das mídias... ..	41
3.1.1 Cabo Verde.....	41
3.1.2 Angola.....	43
3.2 Análise Comparativa.....	45
3.2.1 Paralelismo Político .....	46
3.2.2 Grau de Profissionalismo .....	48
3.2.3 Mercado de Mídia .....	53
3.2.4 Intervenção do Estado.....	56

<b>4. CAPÍTULO III- LIBERDADE DE IMPRENSA E DEMOCRACIA: CONCEITOS E ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE CABO VERDE E ANGOLA.....</b>	<b>60</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>66</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>69</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>73</b>
<b>ANEXO I- POSIÇÃO GEOPOLÍTICA DE ANGOLA E CABO VERDE NA ÁFRICA.....</b>	<b>73</b>
<b>ANEXO II- CASOS DE VIOLAÇÕES À LIBERDADE DE IMPRENSA EM ANGOLA.....</b>	<b>74</b>
<b>ANEXO III- VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO PRESENTE EM ANGOLA E CABO VERDE.....</b>	<b>77</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Desde a abertura política em 1990, Cabo Verde garantiu todas as liberdades e direitos do homem inscrito pela constituição, incluindo a liberdade de imprensa. Desde então ela vem se tornando um exemplo de liberdade de expressão e imprensa dentro da África, ocupando 5º em todo continente e 1º lugar entre os PALOPs. Angola, por sua vez, é marcado pela profusão de ameaças aos jornalistas e a falta de liberdade de imprensa, ocupando 121º lugar no ranking mundial da RSF, e o último dentro os PALOPs. Os dois países foram colônias portuguesas e compartilharam o mesmo processo de independência e após a descolonização. De acordo com a história, os portugueses foram os primeiros europeus a se lançar ao mar no período das Grandes Navegações Marítimas. A partir do século XV, Portugal desenvolveu muitas ações para ampliar seus domínios políticos e econômicos. Uma delas foi aportar para o continente africano, estabelecendo-se em diversas regiões, o caso de Angola, situado na Costa Ocidental da África e o arquipélago de Cabo Verde, na região central do Oceano Atlântico, a cerca de 570 quilômetros da costa da África Ocidental.

Segundo Albuquerque e Santos (1991), a descoberta do Arquipélago de Cabo Verde, teria ocorrido precisamente entre os anos de 1460 e 1462 por António de Noli e Diogo Gomes, sob a tutela do Infante D. Henrique. A sua designação deve-se à posição fronteiriça para litoral da Senegâmbia. Cabo Verde inicialmente servia como uma ponte ou escala para transportação de escravos da África aos demais países fora do continente. Em Angola, o primeiro europeu a chegar foi o navegador português Diogo Cão em 1482, pertencente a mesma tutela. Após a descoberta e o progresso, os portugueses imprimiram e dinamizaram, tornando-os de territórios coloniais. Sendo a Angola considerada a maior e mais importante colônia, pois apresenta até hoje grandes recursos naturais.

Após séculos a serem colonizados e explorados, movimentos nacionalistas surgiram nas próprias colônias para a libertação dos povos africanos de Portugal. Em 1961, vários movimentos entraram em confronto militar com as Forças Armadas Portuguesas.

Neste ponto a monografia se iniciará o com o contexto histórico, desenvolvendo o processo de colonização, as razões da descolonização, bem como sua fases, trazendo uma posição histórica da luta pela independência. É importante referir que irá ser debatido a transição ou a evolução política após a independência, com a contextualização do panorama atual da democratização e liberdade de imprensa, focando as principais diferenças entre os

países, o que levanta questionamento quais são os fatores que inviabilizaram Angola de obter garantia de liberdade de imprensa e progresso democrático. Propomos-nos a refletir sobre a importância das mudanças que ocorreram ao longo desses anos desde a independência. e promover um debate político e o amplo exercício da democracia.

Então, no primeiro capítulo, proceder-se-á à contextualização histórica, à definição dos conceitos de colonização, descolonização, o precedente da luta pela libertação.

No segundo capítulo, irá ser analisado as variáveis midiáticas e políticas, a partir do estudo comparativo desenvolvido por Hallin e Mancini, enquadrando o histórico e político dos media nesses países e explorando o desenvolvimento dos mercados, o desenvolvimento do profissionalismo jornalístico e o grau da intervenção do estado na mídia. E, por último, os conceitos da Liberdade de expressão na imprensa e democracia.

## **1.2 Objetivos da pesquisa**

Os objetivos gerais da pesquisa é analisar a liberdade de expressão e sistema mediático e político de modo comparativo entre Angola e Cabo Verde:

- I. Compreender e apresentar a realidade democrática no que se refere ao sistema de mídia e político entre Cabo Verde e Angola, nos seus aspectos histórico e social;
- II. Analisar as variáveis apresentadas por Hallin e Mancini no Comparing media systems
- III. Indicar os fatores que influenciaram na disparidade da existência da democracia e liberdade de imprensa em Angola em contraste com Cabo Verde.

## **1.3 Metodologias da pesquisa**

O presente trabalho foi desenvolvido com base na pesquisa bibliográfica/qualitativo. Para tal, fez-se um levantamento bibliográfico de livros, artigos científicos, monografias, dissertações e teses. No entanto, a escassez de material com títulos sobre o assunto levou à busca do tema maiormente na internet.

A composição do trabalho aborda questões sobre o sistema mediático e político dos dois países escolhidos a partir de diversas fases do contexto histórico que permitem fazer uma análise comparativa. A premissa é que, os acontecimentos e a vivência social são reflexos do passado. Por isso os métodos adotados foram o histórico e o comparativo. Isso a luz das definições de democracia, liberdade de expressão, e sistemas mediáticos.

Como aporte teórico, nos valem principalmente nos estudo; Da Cruz (2012), Évora (2013) e Hallin e Mancini (2004). A forma de pesquisa qualitativa foi adotada porque segundo Padrovnay e de Freitas (2013, p. 70) esse modo de pesquisa permite que, “...os dados coletados nessas pesquisas são descritivos, retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada. Preocupa-se muito mais com o processo do que com o produto.”

Foi realizado também um estudo dos três modelos de mídia e política. Um trabalho escrito por dois pesquisadores, Daniel C. Hallin que é Professor de comunicação e professor associado da Ciência Política na Universidade da Califórnia (San Diego), e Paolo Mancini que é professor Comunicação Política na Universidade de Perugia (Itália). Iniciaram esse estudo a partir de 1998 e finalizaram no início do século 21. Os pesquisadores começaram a pesquisa a partir da premissa de Siebert, Peterson e Schramm em um trabalho de referência: Quatro Teorias da Imprensa, de 1956. O estudo é de caráter comparativo que permite analisar as semelhanças e as diferenças do sistema de comunicação entre 18 países da Europa Ocidental e América do Norte.

E os autores explicam que, “Tentamos identificar as principais variações que se desenvolveram nas democracias ocidentais na estrutura e no papel político dos meios de comunicação, e explorar algumas idéias sobre como explicar essas variações e pensar sobre suas consequências para a política democrática.” A partir desses conceitos pretende-se desenvolver uma análise baseado na história política, e dos meios de comunicação, lembrando que tanto em Angola como Cabo Verde, o surgimento da imprensa, de jornais foi consideravelmente tardio, já que viviam em forma de colônias até década de 70, o que acaba afetando a democracia e a liberdade de imprensa, que são noções trazidos e discutidos no trabalho também. Ainda os autores reforçam a importância do método, “...A análise comparativa é valiosa na investigação social, em primeiro lugar, porque nos sensibiliza à



variação e à semelhança, e isso pode contribuir poderosamente para a formação de conceitos e para o refinamento de nosso aparato conceitual.”

Para além disso, os autores trazem quatro variáveis para caracterizar um sistema de mídia, que definiram como: mercado de mídia, paralelismo político, desenvolvimento do profissionalismo jornalístico e o grau da intervenção estatal na comunicação. O primeiro está relacionada com o desenvolvimento da mídia de massa no mercado de informação; a segunda, a relação entre a imprensa, governos, e partidos; a terceira, ao grau de profissionalismo do jornalismo, e a última, à capacidade de intervenção e regulamentação do Governo no setor da comunicação. Essas serão as variáveis utilizadas para a análise comparativa. A seguinte citação reforça a escolha da metodologia: "você não consegue entender o sistema de mídia sem conhecer a natureza do Estado, sem estudar a estrutura do sistema político-partidário e sem estimar a importância das instituições que compõem a sociedade civil." (Revista Española de Investigaciones Sociológicas- Tres modelos de relación entre los medios de comunicación y la política- Barcelona, Editorial Hacer, 2008)

## I - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Appiah (1997), fala que, para entender a pluralidade das práticas culturais na África, é preciso não somente observar as diferentes experiências coloniais que elas vivenciaram, mas também, olhar para as culturas pré-coloniais. Neste capítulo, apresenta-se o contexto histórico enquadrando as trajetórias do colonialismo, entrelaçando com a descolonização, voltando ao princípio desses países, mostrando a história da sua libertação.

### 1.1 Colonização

Quando falamos em motivações para a colonização pelos portugueses não podemos deixar de falar as razões pelo qual fez Portugal a navegar até a Costa da África. Um empreendimento que poderia ser arriscado, mas tais motivações foram mais fortes que o risco. Existem várias teses que demonstram motivos variáveis para a colonização. Para Hammond (1969), o império português tinha um carácter essencialmente político. De acordo com Macedo (1994), o primeiro esboço de colonização foi da responsabilidade de padres cristãos, com o apoio papal, que foram autorizados a construir edifícios religiosos nas novas terras da coroa portuguesa e tinham como missão converter os indígenas ao cristianismo. Mas toda a discussão acabou por levar a um segmento, “razões econômica”. Segundo a historiografia revisada, naquela época já existia um mercado mundial. Portugal, França, Inglaterra, enfim, todos buscavam naquela época, a todo custo, posições vantajosas no mercado europeu. Poderia ser na produção e/ou comercialização de mercadorias, contudo que fornecesse capital. Hrbek (2010) intensifica ao afirmar que “adquirir pouco a pouco o domínio de outros continentes e descobrir terras novas, nas quais pudessem dar continuidade à sua empresa colonizadora”. Para os europeus, colonizar a África já era possível.

Então, o principal objetivo da colonização no período expansionista, na era do monopólio do comércio, era criar novas rotas de comércio. Controlar os processos produtivos mais avançados, as regiões fornecedoras de matérias-primas, os mercados, e os capitais, esses eram alguns recortes do projeto de colonização. Portugal queria se ver defrontando com as potências de então, nomeadamente, Inglaterra. Para Ludemila Pereira (2013) “[...] além disso,

os portugueses intervenham nos conflitos internos dos países costeiros ocidentais, de forma a retirar privilégios comerciais.”

O termo colonização abrange muito mais que a ideia de ocupar uma determinada terra. De acordo com Lara (2000, p.14), “uma dominação imposta por um poder político exterior, exercida exclusivamente por um grupo étnico ou cultural sob o signo da superioridade, transferência das pessoas, instituições, capitais, tecnologias, valores culturais e civilizacionais metropolitanos”, assim como a “subordinação dos recursos e das instituições da região dependente aos interesses do poder político e do grupo étnico ou cultural dominante.”

Para Pinto (2009:40), o período em que os europeus chegaram a África e a sua fixação efetiva foi muito longo. Em Angola, a descoberta foi em 1482 e “a fundação de Luanda, primeiro estabelecimento português permanente no litoral angolano”, foi em 1576, quase um século, para se firmar. CABRAL ET AL(2012, p.3) profere o seguinte:

[...] neste novo mundo tudo precisava ser inventado. Foi preciso criar uma terra para viver, criar condições depressa e sem precedentes aqui tudo foi inventado a partir de experiências prévias exógenas, quantas vezes inadequadas, a dos Europeus e dos Africanos, primeiro em dicotomia, depois em integração.

Ainda no relatório de Pinto de Magalhães de 1842, ele revela que, “os portugueses que iam para África eram assassinos, ladrões e vadios”, pois eram poucas famílias da corte que estavam disposto a viver na África, já que as condições naquela época eram muito precárias, com uma média de vida dez anos antes de Portugal, sem falar da alta taxa de mortalidade pela falta de especialização médica. O principal destino da emigração portuguesa naquela época, verificada até o início de 1960, foi o Brasil. A partir dessa década, apenas um em cada quatro emigrantes portugueses se dirigia às colônias. E nessa mesma época, surge mais um outro destino sobresaliente, a França, tornando uma das principais estâncias dos portugueses.

É bom ressaltar que Portugal não deu início à prática da escravatura na África. Porque isso já era um costume habitual entre tribos rivais, ou até entre os membros da própria tribo. No entanto, os europeus, para além de intensificar essa prática, foram também responsáveis por esta forma extrema de dominação. (PINTO. M, 2009)

Sobre a colonização, sabemos que não foi impassível. O uso sistemático do terror, da brutalidade como prática da ordem do dia a dia, de tratar o homem como mercadoria, chegando ao extermínio também. Isso fez com que africano se parecia vivo, mas já morto. Era uma vítima passiva, incontestável. Podemos validar com as palavras de Ludemila, “Esta desvalorização dos povos africanos criou marcas profundas nas suas individualidades, que foram ainda mais marcantes na curta, mas devastadora, época do colonialismo[...]” (PEREIRA. L, 2013)

Para chegar ao objetivo do estudo, vale a pena demonstrar o início. Em 1460, os portugueses ocuparam as ilhas de Cabo Verde, que posteriormente foi dividida em duas capitânicas entre portugueses, genoveses e castelhanos e até meados do século XVII. Tratava-se de um entreposto comercial com o intuito de comercializar escravos. Seu povoamento foi muito lento, já que o clima possuía características diferentes do que conheciam, tanto para os colonos, tanto para os escravos oriundo de outros países africanos. Nesse meado, a Igreja Católica anunciava o Cristianismo e nutria de uma responsabilidade sobre a educação, criando, então, o primeiro Bispado africano no território, em 1533, e sendo responsável pela construção de vários estabelecimentos de ensino no arquipélago, introduzindo uma cultura intelectual europeizada.

Em Angola, a intenção era de buscar metais preciosos e escravos, também procurar um caminho para as Índias. Em 1492 os portugueses a partir de Angola fizeram o primeiro contrato com o Rei do Congo, Nzinga a Nkuvu, país que fazia fronteira, que viu nos portugueses uma grande chance de estabelecer novos comércios, e decidiu converter ao catolicismo, pensando politicamente, para agradar aqueles que chegavam, tornando-se assim, João I do Congo.

Portugal começou a estender a sua presença no litoral em direcção ao Sul. Estabelecendo sua povoação perto da cidade de Porto Amboim em 1657, actual cidade de Benguela, que se tornou a segunda maior feitoria, independente da de Luanda, que foi a primeira povoação. Logo depois, Benguela veio assumir o controle sobre o pequeno território de norte e leste.

Então podemos ver que, para assegurar um povoamento sistemático, foi necessário prover compensações comerciais, para que pudessem instalar nas colônias. Para Cabral

(2012), era o sentido de fixar os homens à terra, e ainda na obrigatoriedade de povoar e de produzir bens local.

Ludemila (2013) aponta que “Enquanto a colonização teve início no século XV, o conceito de colonialismo, intrinsecamente relacionado com o de imperialismo, apenas aparece na História a partir da Conferência de Berlim, em 1885”. A expansão do império português na África foi contida pelos interesses de outras nações européias, em particular a Inglaterra. Como foi o caso, do o ‘ultimatum’ inglês que ocorreu na Conferência de Berlim, entre 1884 e 1885. Contudo as relações entre Portugal e outras nações europeias em África não eram só de conflito. Isto é o caso com a Grã-Bretanha, em que o governo português recorreu à diplomacia para manter e expandir o império africano. Com a fraca capacidade de intervenção militar, o único jeito era formalizar uma aliança com a Grã-Bretanha, principalmente porque os interesses coloniais estavam em jogo.

No seguimento da política de entendimento entre os dois impérios coloniais, em Fevereiro de 1884 foi assinado um tratado que conferia o controle da costa de Angola até Cabinda, obrigando-se Portugal, no entanto, a manter a área aberta ao comércio de todas as nações e a não aumentar os direitos aduaneiros acima dos que haviam sido estabelecidos para Moçambique em 1877, os quais eram relativamente baixos. (LAINS. P, 2012).

A África naquele momento se via mais soberana economicamente, geograficamente, politicamente e militantes por uma soberania, conforme ALEXANDRE e DIAS afirma,

No cômputo global, todas estas iniciativas traduziram sem dúvida uma política mais agressiva, impulsionada pelo nacionalismo expansionista que dominava na metrópole. Os resultados foram débeis (...). No entanto, embora fugaz, a simples presença portuguesa em regiões como a Lunda ou Manica era relevante, na luta que se avizinhava pela posse dos territórios do interior da África Central. (p. 115).

Após a Conferência de Berlim, Portugal sentiu-se suficientemente forte para promulgar uma pauta aduaneira colonial de tudo, em que quase tudo mudou. Os fundamentos do colonialismo português não se alteraram, os interesses privados, os interesses da política metropolitana e o atavismo continuavam mais que presentes.

## 1.2 Descolonização

Após a Segunda Guerra Mundial, as colónias africanas passaram a custar ao governo português o que nunca até então tinham custado, “a liberdade”. Tudo isso começou com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) na mesma época, quando começaram a impelir a comunidade exterior a promover a paz mundial. Isso foi ponta partida para o início do processo de descolonização na África.

Além da ONU, uma outra organização foi criada em 1963, a Organização da Unidade Africana (OUA), que nasceu no intuito de apoiar à libertação dos povos africanos colonizados. Os Países africanos independentes comprometem-se a apoiar essa causa declarando, na Assembleia Constituinte, “todos os Estados africanos independentes”.

Ludemila (2012) fala que, “esta luta pela independência é a base de sustentação de todo o processo de descolonização que Mazrui<sup>1</sup> definiu”.

Nos anos 1950 começou a articular-se uma resistência contra a dominação colonial. Essas articulações visava ver seus países livres, independentes. De acordo com Évora (2004), o processo de descolonização teve início na década de 50 e o início da década de 60 do século XX, quando começou a surgir os movimentos nacionalistas. “Movimentos, que na sua maioria, nasceram em Lisboa, para onde vinham os estudantes das colónias para prosseguirem os seus estudos universitários, uma vez que, nessa altura, ainda não havia Ensino Superior nas denominadas províncias ultramarinas.” (Pereira. L, 2013)

A Casa dos Estudantes do Império (C.E.I.) criada e financiada desde 1944 pelo Estado Novo, era associado à Mocidade Portuguesa (Pinto, 2000:65). E foi desse meio que originou o berço das elites revolucionárias na própria metrópole portuguesa, para a luta de libertação das colónias. Mas para que isso se concretizasse movimentos nacionalistas tiveram que desencadear a um combate armado contra Portugal em 1961.

Para, Amílcar Cabral, líder do PAIGC(Cabo Verde E Bissau) “a descolonização era um processo contínuo e não apenas a transferência formal do poder do estado colonial para o

---

<sup>1</sup> Ali Al'amin Mazrui nascido em Mombasa, colônia do Quênia, era professor acadêmico e escritor político sobre estudos africanos. Naquela época Ali Mazrui encorajava e propôs que os africanos da diáspora, além de lutar suas próprias lutas, transformem-se em “grupos de pressão” em favor do Terceiro Mundo em geral e da África em particular.

estado nacional”, Agostinho Neto, líder do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), o início da descolonização representava “ao inicial desejo de independência dos povos colonizados e após diversas reivindicações.” (Pinto, 2005:118) E para Melo Antunes, um dos capitães do Movimento das Forças Armadas (MFA), descolonizar não englobaria somente em ‘deixar de colonizar’, mas simboliza “ abrir a possibilidade a que territórios submetidos à dominação colonial acabassem por ter uma vida autónoma, própria, o que significava abrir a possibilidade de chegarem à independência.” (GUERRA, 2009)

### **1.2.1 As Fases da Descolonização**

Neste subcapítulo prossegue o processo que desenvolveu em torno das fases, com a luta pela libertação, por um grupo de estudantes das colónias, encabeçado por Amílcar Cabral, que pretendia unir esforços entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde com vista à independência, e Agostinho Neto, que uniu várias forças externas de reforço, como Congo e Cuba, para seguir da luta armada sob a forma de guerra colonial, o que culminou na transferência de poder de Portugal para as colónias e na tão desejada independência.

Ao longo do período marcado pela resistência à ocupação, o movimento de descolonização em África teria início pouco depois da I Guerra Mundial. Daí então assumido pelos povos colonizados, marchando passo a passo formando movimentos antagônicos de ação, que vinha sido encorajado pelas dinâmicas do “panafricanismo”

Perante esse cenário, Peixoto, C (2010) manifesta:

A primeira tarefa abraçada por estes jovens intelectuais, em sua grande maioria ainda estudantes nos liceus de Luanda e Sá da Bandeira ou nas universidades metropolitanas, foi redescobrir o passado para reinterpretar o presente e recuperar a autonomia do imaginário africano.

### **1.2.2 Luta de Libertação**

Segundo Melo (1974, p.166), a partir de 1960, anos antes de recorrerem à luta armada, os dirigentes do PAIGC fizeram vários apelos por escrito ao Governo português, quais exigiam “o reconhecimento solene e imediato dos direitos dos povos guineense e

cabo-verdiano à autodeterminação; a retirada imediata das forças armadas portuguesas e da polícia política (PIDE) da Guiné e das ilhas de Cabo Verde”.

Por vários anos movimentos nacionais para luta da independência africana tentaram negociar diplomaticamente a independência dos dois países e muitas vezes sendo negado. Em 23 de Janeiro de 1963, após esta ser negada pelo Governo português mais uma vez, a direção do partido de Cabo Verde, juntamente ao movimentos nacionalistas angolanos, declarou guerra a Portugal. A respeito do início da luta armada, disse (Cabral 20-1974, p.15)

como as nossas propostas não tiveram aceitação favorável, nem da parte do Governo português, nem da parte da O.N.U., as forças patrióticas do nosso país passaram a uma acção generalizada contra as forças colonialistas em Janeiro de 1963, para responder, com a nossa luta armada de libertação, à guerra colonial de genocídio desencadeada contra o nosso povo pelo Governo de Portugal.

Nos primeiros anos, as hipóteses de conseguir a independência pelas armas tornaram-se muito fracas. Pois os países não apresentavam recursos suficientes para enfrentar Portugal. Tempos após, partidos vieram a receber a cooperação da Cuba, como a China de Mao Tse Tung e à então União Soviética, países que apoiaram o PAIGC e a MPLA, FNLA e a UNITA. Os países ajudaram tanto nos treinos para a guerrilha, como com armamento militar.

Para se tornar independente de Portugal, Cabo Verde se juntou a Guiné-Bissau, idealizando estrategicamente a constituição de um estado binacional, englobando num só. Liderados por Amílcar Cabral, um guineense filho de cabo-verdianos, pelo Partido para a Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC) tiveram que deixar de lado, diferenças entre etnias, religiões, cultura, e crenças a favor da união. (Koudawo, 2001)

Mas apesar de não haver luta armada no próprio arquipélago, os cabo verdianos recorreram a contestação política ao regime colonial, e partiram a Guiné Bissau onde foi a luta da PAIGC.

Amílcar Cabral foi um dos co-fundadores do Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) em 1956 e ter assumido o cargo de seu secretário-geral, unindo ambos os países na luta contra o domínio colonial português. Para ele, o importante era pensar a libertação como um processo colectivo, cada um com as suas próprias



especificidades nacionais. “Amílcar Cabral era um homem da paz que foi obrigado a fazer a guerra para conseguir a paz”.(Tony Tcheka)

Angola, por sua vez, formou três movimentos de grandes poses para luta da independência: Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que a principal base social eram os Ambundu e a população mestiça e tinha laços com partidos comunistas em Portugal e países que pertenciam o Pacto de Varsóvia; a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), que tinha forte raízes sociais entre os Bakongo e vínculos com o governo dos Estados Unidos e ao regime de Mobutu Sese Seko no Zaire; e o último a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), a qual é arraigado entre os Ovimbundu e tinha o apoio da China e dos Estados Unidos.

Dentre os partidos de Angola, o que mais se destacou foi a MPLA, liderado pelo médico, e depois Presidente da Angola, Agostinho Neto, que fez parte da geração de estudantes africanos que viria a desempenhar um papel decisivo na independência dos seus país, militando ao movimento anti-colonial. Foi um dos grandes lutadores da liberdade de Angola, e dos poucos que sobreviveu à prisão e a tortura dos portugueses.

Em 1961, o MPLA, o PAIGC, juntamente com os nacionalistas moçambicanos criaram uma associação denominada Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), com objetivo de unir forças para pressionar o governo português a reconhecer o direito da independência e do autonomia política destes.

Durantes o processo de descolonização, tal como em todo o período colonial, os países tentaram manter uma posição única, principalmente Cabo Verde. Sem luta armada ou pressão internacional, eles tentaram conquistar a sua identidade política, a sua Independência Nacional. Até que então se inicia o denominado período revolucionário, tendo o objectivo de democratizar, descolonizar e desenvolver. Angola foi a primeira a declarar guerra a Portugal já em Fevereiro de 1961, por conseguinte o PAIGC resolveu seguir os mesmo caminhos, já em janeiro de 1963.

O PAIGC decidiu fazer a luta na Guiné-Bissau “onde existiam melhores condições políticas, geográficas, demográficas, logísticas e de comunicação favoráveis.” (PAIGC, 1974:45). O que foi uma das grandes vantagens para a vitória, já que os portugueses desconheciam o interior da Guiné, e também por terem apoio dos países locais, como da Guiné Conakry, que faz fronteira com a Guiné Bissau, em que disponibilizaram suas bases

militares para treinos de guerrilhas. Angola, por sua vez, optou pelo próprio território já que não havia limitações.

No ano de 1970, o papa Paulo VI recebe os dirigentes máximos de três Movimentos de Libertação das colónias portuguesas – M.P.L.A, Frelimo e P.A.I.G.C. e foi através daquele acto que a Igreja demonstrou o seu apoio à independência das colónias (P.A.I.G.C 1974, p.175). E em 1972, a ONU aprova uma resolução de apoio aos movimentos de libertação das colónias

A situação da luta armada mudou completamente de estado, quando em 25 de Abril de 1974 Portugal em um golpe militar, com a queda do regime salazarista, conhecido como a Revolução dos Cravos, pôs um fim à ditadura, efetivamente precedeu o início o processo de descolonização. “O 25 de Abril significou uma viragem mundial em todas as políticas, teve um implicação internacional que começou com o fim da era colonial,”(DPCA, 1999:54)

Na Revolução dos Cravos, o cravo foi colocado por populares nos canos das armas de fogo dos soldados para demonstrarem o seu apoio à Revolução e neutralizando a violência inerente às armas. Segundo Da Silva (2008), o novo Governo português, dominado por oficiais militares de esquerda, assumiu o compromisso de conceder de forma negociada a independência colonial. Logo sem demora proclamaram o acesso das colónias à independência.

Foram libertados os presos políticos que então regressaram os exilados políticos, como o socialista Mário Soares e o comunista Álvaro Cunhal. Acaba-se a censura policial e política.

Em 5 de Julho de 1975, Cabo Verde foi declarado um país independente e Angola em 10 de Novembro do mesmo ano.

#### **1.4 Independência**

Durante luta pela independência, Cabo Verde juntamente com a Guiné, definiu alguns pontos de objetivos: “1- Independência imediata e total da Guiné e de Cabo Verde; 2- Unidade da Nação da Guiné e em Cabo Verde; 3- Unidade dos povos da Guiné e de Cabo Verde; 4- Unidade Africana; 5- Regime democrático, anti-colonialista e anti-imperialista; 6- Independência Econômica, estruturação da economia e desenvolvimento da produção; 7-

Justiça e Política internacional própria, no interesse da Nação, da África, da paz e do progresso da humanidade.” (Programa do PAIGC, LOPES 1996, p.33)

Após a luta de libertação, as negociações da tão almejada independência não foram fáceis para ambos. Porque Portugal queria separar os dois processos, enquanto que o PAIGC defendia a independência conjunta da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. E foi negado à partida pelo PAIGC o que mostrava ser apenas uma justificativa para Portugal ganhar mais tempo e evitar a independência. Devido a essa razão foi surgindo novos partidos que defendiam a independência de Cabo Verde mediante a negociação, como por exemplo, a União do Povo das Ilhas de Cabo Verde (UPICV) que defendia a independência, mas sem a união com a Guiné-Bissau. Contudo, os novos partidos não tinham uma base sólida e, pela forte afirmação do PAIGC, afastaram da esfera política ainda antes do término das negociações com Portugal. E independência de Cabo Verde ficou indefinida até finais de 1974. Os representantes do governo português e do PAIGC encontraram-se diversas vezes para acertarem o acordo, mas sem sucesso. Com o assassinato do então líder, Amílcar Cabral, o partido poderia ter considerado o fim do PAIGC, mas o objetivo era maior. Contudo, para Wollacott (1993), a morte de Cabral, proporcionou as forças para o partido, começando a ganhar vantagem à frente ao exército português, e chegando inclusive à realização de eleições para que fosse eleita uma Assembleia Nacional Popular nas regiões libertadas. Isso já no segundo semestre de 1973, e a independência dos países prosseguiu, e em julho do mesmo ano, no segundo congresso foi eleito um novo secretário-geral que era cabo-verdiano, Aristides Pereira, que tinha sido um dos homens de confiança de Cabral (CARDOSO, 1993 p.26). Após bastante negociações e debates, o primeiro Governo, que até então era unipartidário, tomou posse do poder a 17 de julho de 1975, doze dias depois da declaração da independência.

O Governo foi constituído por 11 ministérios, num sistema político parlamentar, onde tanto o Presidente da República como o Primeiro-ministro, eram chefe do Executivo e responsáveis perante a Assembleia Nacional Popular e o Poder Legislativo (ÉVORA, 2009).

Angola, por sua vez, as negociações para a independência foram realizadas entre as forças militares que assumiram parte na guerra. Sendo assim, as conversações foram entre o MFA e os três movimentos que fizeram parte da luta para libertação nacional, nomeadamente, o Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA, a Frente Nacional de Libertação de Angola – FNLA e a União Nacional pela Independência Total de Angola – UNITA.

Os movimentos se reuniram com o governo português entre 10 e 15 de janeiro, em Algarve. Aí foram definidos os princípios que orientaram o processo de transferência do poder político português para o poder angolano. Como o de preparar para a realização de eleições gerais para a Assembleia Constituinte de Angola, respeitando o prazo de nove meses a partir de 31 de janeiro de 1975, data da sua instalação. Os princípios afirmados nesta reunião, ficariam conhecidos como o Acordo de Alvor, nome da cidade onde foi assinado.

Angola era denominada, como a “jóia da coroa do império português”, visto que apresentava várias riquezas naturais, diferentemente de Cabo Verde. E por conseguinte, durante o período de transição do poder, o governo português queria que fosse representado por um alto-comissário nomeado pelo possível presidente da República. Posteriormente, objeções ocorreram, afirmando que não caberia ao alto-comissário intervir na ação governativa. Não deu muito tempo até que a então ação de transição se transformasse num campo de batalhas partidárias. As reuniões do Conselho de Ministros entre os movimentos procedia num clima de desconfiança entre os mesmos.

Em meados de 1975, o governo de transição já não existia. As armas voltariam a ocupar Angola, num palco intenso de guerra civil. Segundo Peixoto (2011), a agitação que predominava o território criou um ambiente desfavorável à presença dos europeus em Angola. Isso que gerou pânico na população. Consequentemente a saída imediata e em massa dos colonos.

A guerra civil travada majoritariamente entre o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), cessa somente com a morte do líder da UNITA, Dr. Jonas em 2002.

Tanto a União Soviética quanto os Estados Unidos financiaram os movimentos na guerra territorial a fim de promoverem suas ideologias no continente africano. Em troca de recursos naturais de Angola e na sua privilegiada posição estratégica no Atlântico Sul.

O governo de Washington se inquietava com a Questão Angolana por causa do que se chama efeito dominó. Segundo essa teoria, se os EUA não freassem o expansionismo soviético, a URSS não apenas alcançaria Angola, mas também outros países vizinhos de Angola e aliados do governo de Washington, isto é no Zaire, na Zâmbia e na África do Sul NKOSI. K(S/D) [...]

Apesar das guerras de poder, o MPLA manteve no comando máximo do país, após a independência com o combatente da pátria, Dr. Agostinho Neto e após a sua morte de seu

sucessor José Eduardo dos Santos que se manteve no poder por 42 anos, desde 1979. Já em 1977, a MPLA adotou o marxismo-leninismo como doutrina, estabelecendo um regime político e económico inspirado pelo modelo então em vigor nos países do "bloco socialista". Na qual veio abandonar só em 1992, após as primeiras eleições do país.

### **1.3 Período Pós Libertação**

A luta de libertação a favor da independência de Cabo Verde, juntamente com a Guiné Bissau, se distingue totalmente da luta travada pela Angola, pois mesmo que existe outros movimentos para a libertação, o PAIGC, acabou se tornando um movimento hegemônico em relação aos demais, isso favoreceu a não dar espaços para confrontos, e nem a dispersão de forças, o que foi o caso da Angola (Évora, 2004). Os dirigentes do partido resolveram adotar um regime monopartidário e autoritário, sob o domínio total do PAIGC e das atividades económicas e sociais de Cabo Verde. Todavia, Cabo Verde se via num período inicial de indefinição política em questões ligadas à autonomia relativamente à Guiné Bissau. Lopes (2002) mostra que, com a morte de Amílcar Cabral, Cabo Verde começou a perder a confiança nos guineenses e determinaram a não ter uma Constituição igual à do Bissau e nem um Conselho de Estado. Cabo Verde pretendia defender sua própria Constituição e no seu próprio Governo, a partir da própria identidade, independentemente intencionando a separação amistoso com a Guiné. Após O Golpe do Estado ocorrido em Guiné só veio intensificar para a separação dos dois países.

Angola, por sua vez, ao longo do tempo vieram surgir conflitos internos. Conflitos estes que acabaram por fazer afastar de seus reais objetivos. Moldando-os, transfigurando-os do coletivo para o individualismo. Os movimentos começam a se reivindicar, exigindo status de representantes legítimos da nacionalidade. Para Lopes (1999 p.34), essas oposições surgem da resultância da desagregação étnicas-culturais que existiam dentro dos próprios movimentos e que refletiam a própria realidade do país. Esses movimento é um exemplo da rivalidade, que persistiu até uns tempo atrás, onde os movimentos nacionalistas antes lutavam contra a dominação portuguesa e, que depois da independência, passaram a lutar um contra o outro.

Após a independência eram supostamente que os países se organizem para formar sua constituição política, ordenando sua sociedade e economia, considerando opiniões cívicas, independentemente de sua origem étnica ou racial. Porém, nem todos se desencadearam nesta linha. Enquanto um tentava traçar uma linha de um partido único posteriormente a abertura política, outro tentava recorrer ao poder absoluto unicamente individual. Este subcapítulo, irá capitular os principais ocorridos nos dois países, após a independência, respectivamente, o conflito na Angola e Cabo Verde com a sua transição de poder.

### **1.3.1 Angola: O conflito Armado (Atores internos e externos)**

De todas as colônias portuguesas, Angola era a que mais se destacava pela variedade de recursos sustentáveis. Embora com grande capacidade econômica, os movimentos nacionalistas se fragilizaram devido a rivalidades, diferentemente de Cabo Verde, que apesar de ser uma das mais pobres entre os demais, juntamente com a Guiné, conseguiu alcançar forças organizadas e unidas para lutar contra o exército português. As divisões internas e as clivagens políticas são apenas uma das atitudes que acabaram por dar ao exército português maiores facilidades na guerra, e o mais tardio a independência. (DA SILVA, 2008)

Em março de 1975, foi edificada a instalação da Representação Especial em Luanda, que tinha como objetivo estabelecer contato com os três movimentos de liberação que disputavam o poder, durante o governo de transição. O objetivo da instalação era obter um estabelecimento de relações diplomáticas com o governo de Luanda que seria ocupado, após a independência, pelo movimento que ganhasse as eleições, isto intitulado de Acordo de Alvor, compreendendo também a realização de eleições .

Segundo Da Silva (2008) o MPLA era o movimento mais qualificado para ocupar o poder, e por atrair informações sobre a internacionalização do conflito, e também por não mencionar o apoio soviético e cubano do partido. Contudo, a deterioração do quadro político tornou oportuno a guerra civil, e o enfrentamento armado entre os três grupos de movimentos e a interferência de potências externas no conflito. Carros blindados, tanques, aviões militares eram algumas máquinas que estremeceu o território angolano mesmo antes da declaração da independência. Podemos ver isso explicitado no relato Da Silva (2008)

Pode-se afirmar que a guerra civil angolana iniciou-se em 1962 em Leopoldville, Congo belga, quando o MPLA e a FNLA deram início à rivalidade política que determinou o curso da luta pela independência de Angola. O enfrentamento entre os dois grupos, e a UNITA, deu a partir de 1966, visando a obter o reconhecimento e apoio internacional para suas respectivas organizações.(Da Silva, 2008:140)

Os três movimentos de libertação - MPLA, FNLA e UNITA, apresentava propostas diferentes para o novo País. Não obstante, um invalidava o argumento do outro. Entre eles, existia acusações de cunho racista, propriamente dito étnico, refletindo explicitamente as diferenças. O MPLA acusava a FNLA de ser um movimento de carácter personalista, que representava apenas interesses tribais e não da população angolana em sí, e a FNLA, por seu lado, acusava o MPLA de ser um movimento de mulatos, o que não era representativo para o país já que a população na sua maioria era negra. Mas para que se possa entender a trama que esses atores internos rivalizaram por anos, vale conhecer cada partido especificamente, sua origem, seus ideais.

### *Atores Internos*

#### *1º Frente Nacional para a Liberação de Angola (FNLA)*

Criado na década de 50, foi inicialmente nomeado de, União dos Povos de Angola, UPA, foi um dos primeiros movimentos a originar. Seu líder, Holden Roberto, era do tribo Baxicongo, norte de Angola, criado em Leopoldville, antigo nome da Capital do então Congo belga. Naquela época, Leopoldville era principal sede para os nacionalistas angolanos que viviam no exílio. A UPA, que mais tarde viria tornar a base FNLA, representava os povos de língua Kikongo, que habitavam no norte de Angola e também no Congo.

No início de década de 60, enquanto o MPLA ainda estava se formando, Holden Roberto já usufruía de prestígios e reconhecimento internacionais, pois em 1959, Roberto viajou para EUA participando da Assembléia Geral da ONU e, durante a viagem, o líder procurou estabelecer contatos que lhe viriam a ser importantes na obtenção de financiamento por parte do Governo norte-americano para o partido. Já em 1961, na tentativa de dar maior representatividade territorial e tribal, à UPA se transformaria na FNLA, e o líder Holden

Roberto convida Jonas Savimbi, da tribo Ovimbundu, do sul de Angola, para assumir o cargo de Secretário Geral da Organização.

Entretanto, Savimbi não simpatizava com Roberto, e teria se juntado ao movimento por falta de opção e também por recomendações. Segundo Da Silva (2008), as divergências no partido eram constantes e Roberto só aceitava acordo a não ser que as estruturas antigas fossem desfeitas e afiliar-se à FNLA sob sua chefia, bem como também, não aceitava compartilhar o poder. Fato que interditou na formação de um único movimento nacional, ao contrário, do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde), de Amílcar Cabral. Contudo, Roberto conseguiu destaque internacional e centralização de recursos financeiros para a sua causa. Isso fez com que tornasse o primeiro movimento a se autodenominar como representante do nacionalismo angolano, obtendo forte apoio das autoridades congoleesas. Embora o esforço de representar a comunidade angolana num todo, Roberto continuava recebendo grandes acusações de representar somente a uma percentagem da população, o que dificultou a expansão de apoio no interior de Angola.

Mais tarde, no ano de 1963, Savimbi, Secretário Geral do movimento, deixaria a FNLA para formar o seu próprio movimento, a UNITA, que por sua vez foi financiada pela China comunista assim como a FNLA, apesar desses dois partidos professavam o anticomunismo. O objetivo da China Popular era de expandir sua influência na região e rivalizar com a União Soviética no apoio aos movimentos de libertação africano.

### *2º Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA)*

O MPLA foi criado em 1961 por um grupo de intelectuais exilados, ex estudantes universitários em Lisboa. Assim como os outros dois movimentos, o MPLA surgiu no exterior, sem bases internas em Angola. Formado na sua maioria por mulatos angolanos, tinha inicialmente como líder, seu fundador, Mário de Andrade, para além de Viriato Cruz, Lúcio Lara e Eduardo dos Santos, e posteriormente Agostinho Neto que viria a se juntar-se em 1962, depois de escapar da prisão pelo governo português. A questão da composição racial do movimento era visto como um elemento que limitava a expansão do Movimento, logo, Mário de Andrade ofereceria a liderança do movimento a Agostinho Neto, que no caso era negro, ao contrário de Viriato Cruz e do próprio Mário de Andrade, que eram mulatos. O



que viria tornar uma vantagem já que Agostinho Neto tornaria um dos nacionalista mais conhecido e de renome em Angola.

Até 1964, o MPLA, visava a obter maior apoio para a sua causa, especialmente dos EUA. O fato de ser um movimento majoritariamente por mulatos contribui no favorecimento perante a ótica marxista, já que a ideologia reforçava o conflito de classes e não o conflito racial. Mesmo assim, o movimento não sucedeu, daí o partido tentou moderar seu discurso, evitando radicalismos. Mesmo assim a tentativa não frutificou, pois os EUA já estavam comprometidos com Roberto, da FNLA e viam em seu discurso anticomunista a melhor aposta para neutralizar o MPLA e a influência soviética em Angola, depois da independência (Da Silva, 2008).

A partir de 1964, o MPLA assumiu seu caráter de esquerda e passou a ter ligações com Moscou, o que lhe permitiu se beneficiar dos favores dos países africanos já independentes, apoiados por Moscou, como a Tanzânia, de Nyerer<sup>2</sup>.

### *3º União Nacional para a Liberação Total de Angola (UNITA)*

Em 1964, Jonas Savimbi sentiu necessidade de estabelecer um novo movimento anticolonialista, e renunciou seu cargo de Secretário Geral da FNLA e decidiu criar seu próprio movimento. Savimbi que não aprovava a gestão do líder de FNLA, contou com o apoio de outros dissidentes decepcionados com o ex partido. Savimbi que representava o maior grupo étnico de Angola, os Ovimbundus, do centro-sul, que não se sentiam refletidos pelos ideais do MPLA, e nem pela FNLA, acreditava que a solução para o fim do colonialismo português era militar.

Com a criação da UNITA os outros movimentos nacionalistas, mudaram suas prioridades e a estratégia de luta. Segundo Da Silva, o novo movimento foi um impacto para os demais, “Dois meses depois da fundação da UNITA, o MPLA estabeleceu bases guerrilheiras no leste de Angola e a estratégia de exercer pressão política a partir do exterior, a chamada “política do exílio”, cedeu lugar à luta armada, travada em território angolano” (Da Silva, 2008:149).

---

<sup>2</sup> Julius Kambarage Nyerere foi um político e ativista tanzaniano. Ele foi presidente do Tanganyika, primeiro estado a ganhar independência do Reino Unido em 1962 e, posteriormente, da Tanzânia até se retirar da política em 1985.

Diferentemente dos movimentos, o MPLA e a FNLA, a UNITA buscou unir as populações das áreas rurais, mobilizando-os e incentivando a luta anticolonial. Também o partido procurou o apoio da China Popular, explorando o fato de que o MPLA estava sendo apoiado por Moscou.

#### *Atores externos*

Não poderia entender a guerra civil travada em Angola, sem antes ver os países exteriores que fizeram parte do conflito, já que o país africano não possuía de equipamentos de batalha e nem tinha capacidade para tal produção. As armas, tanques, financiamento, treinamento militar, até mesmo tropas, o caso de Cuba e da África do Sul, foram consagradas por diferentes grupos, o que foi determinante para o resultado final do conflito.

Desde da década de 60, Holden Roberto, líder da FNLA fez contato com o Governo norte-americano, que posteriormente veio apoiar o movimento. Já em julho de 1974, os Estados Unidos financiou, com uma verba secreta, a FNLA. Segundo o movimento a visão das autoridades norte-americanas, era de obter maiores condições para defender seus interesses na região. Já antes, em maio de 1974, a China enviou ao Zaire, base de operação da FNLA, e 112 assessores militares com 450 toneladas de armas, que seriam determinantes para o controle da região do norte de Angola pela FNLA. No mesmo ano, entre o mês de agosto e outubro, a União Soviética por sua vez, intensificou sua ajuda militar ao MPLA através do Governo de Brazzaville. Nesse ano, o MPLA recebeu armamentos por parte da URSS em seu território, intermediado pelo enclave de Cabinda, que fazia fronteira com o Congo. E, em dezembro, o MPLA enviou a Moscou 250 de seus homens para treinamento militar. Isso fortaleceu o movimento, já que não só multiplicou seu exército como também aprimorou sua estratégia de guerra. Tudo isso antes de pôr em vigor o nomeadamente, o Acordo de Alvor. (Da Silva, 2008:246)

O Governo soviético, vinha cada vez oferecendo reforço a guerra, isto porque a China também teria demonstrado um engajamento vigoroso. Daí então, Moscou mostrou um comprometimento com a internacionalização da revolução comunista e aos movimentos nacionais angolanos. Nisso ofereceu ao MPLA grande quantidade de armas por via aérea e marítima, uma quantidade suficiente para munir 20.000 homens.

A Cuba, por seu lado, vinha prestando assistência ao MPLA, financiando armamentos, treinamento militar, auxílio financeiro e diplomático para a formação de quadros. Contudo essa relação teria se mantido até abril de 1974. O governo cubano teria alegado que tinha limitações auto-impostas. Nesse caso, Da Silva (2008) explica:

Havana alegava aceitar deslocar suas tropas militares para realizar intervenções em outros países somente com o consentimento expresso do governo do país afetado. Da mesma forma, as assistências militar, técnica e financeira só poderiam ser feitas em Cuba ou em um terceiro país, se houvesse consentimento. No caso do MPLA, o treinamento era feito em Cuba ou em Brazaville. Caso tropas cubanas fossem flagradas em conflitos externos sem a autorização do governo local, como ocorreu no Congo, Havana negaria seu envolvimento, alegando que se tratava de cidadãos cubanos, atuando privadamente, sem nenhuma relação com o Governo. (Da Silva, 2008:152)

Após a ultimação dada pelo Governo cubano, o MPLA manteu a presença de tropas cubanas em seu território até 11 de novembro de 1975, que foi a data agendada para assinalar a independência. No mesmo ano de 1975, Da Silva explica que houve a intervenção Sul-africana, e esta se dispersou por todos os 3 movimentos nacionais. Ela classifica essa fase em 3 etapas,

- 1- a primeira visava apenas a fazer incursões no território angolano em busca de bases guerrilheiras da SWAPO (South West People's Organization), que lutavam contra a ocupação sul-africana da Namíbia, em julho de 1975, quando teriam ocorrido os primeiros enfrentamentos com as tropas cubanas.
- 2- a segunda etapa buscou dar apoio, de forma clandestina, aos guerrilheiros da UNITA, fortalecendo suas posições.
- 3- a terceira, na chamada Operação Savana, a invasão do exército sul-africano visava a alcançar Luanda, desde o sul, lutando ao lado dos guerrilheiros da UNITA e da FNLA, para desalojar o MPLA da Capital, antes da data da independência (DA SILVA, 2008, p.155)

Mesmo tendo uma política de apoio aos EUA, e da antiga União Soviética, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola e o governo comunista do MPLA, causando descontentamento nos setores mais conservadores do governo militar de Ernesto Geisel (1974-1979). Esta decisão foi estratégica, política e econômica que possibilitou uma relação privilegiada entre os dois países. Mas somente em 1980 que a relação comercial entre Brasil e Angola aumentou consideravelmente. Após isso, o país sobrepujou a África do Sul como maior parceiro regional do Brasil, tornando juntamente com

a Nigéria grandes parceiros com brasileiros no Atlântico Sul. O petróleo foi o principal produto a ser negociado (PANTOJA, 1999).

Após mais de uma década de guerra civil, desde 1975, em 1991, foi assinado o Acordo de Bicesse, em Portugal, que previa a realização de eleições livres e democráticas, que aconteceram em 1992, e o presidente José Eduardo dos Santos estava na frente com 49,57% dos votos o que significava a ida para seu segundo turno. Contudo, o líder da UNITA, Savimbi, alegou fraude nas eleições retirando da disputa reiniciando mais uma guerra. “... (a UNITA) refugiou-se no interior do país, onde deu curso a actos de violência contra as populações, à pilhagem de bens e à destruição de infra-estruturas, a um nível nunca antes atingido.” (ABRANTES, 2005, p.62).

No início dos anos de 1990, período do fim da guerra fria, os dois oponentes, MPLA e UNITA, perderam seus maiores financiadores internacionais (URSS e EUA). Assim, o petróleo e diamante, passam a ser as principais fontes e recursos a financiar os últimos 12 anos de guerra civil.

Durante os 27 anos de guerra, poucos foram os momentos de paz. Essas quase 3 décadas pode ser dividida em três períodos de grandes combates: 1975-1991, 1992-1994 e 1998-2002. Em entrevista o designer gráfico, Leonardo Gonçalves relata sobre a guerra:

A guerra foi duríssima. Havia situações que as pessoas para conseguir alguma coisa para comer tinham que andar quilômetros e tinham que sair da cidade, se arriscar de noite para ir às zonas que ainda havia alguma reserva de cultivo. Faziam quase uma semana de caminhada, mas as pessoas iam porque a família já se encontravam totalmente debilitada, sem ter como sobreviver, muitas vezes quando voltavam encontravam a família morta de fome ou já em estado grave(Entrevista in: MANERA, 2007 p.91 )

Resultado:

(...) um saldo trágico de meio milhão de mortos, cerca de 4 milhões de refugiados e uma multidão de mutilados, vítimas de minas terrestres. Como uma herança perversa do conflito, estima-se que haja 6 milhões destas minas em Angola. Outro lado da moeda: num país com uma taxa de desemprego brutal (alguns estimam em 70%), o limpador de campos de minas é um dos poucos empregos abundantes em Angola. (OLIC, 2004, p. 116)

Sara Manera, relata que em 1994, buscou-se aplicar mais um acordo para o término da guerra, mas sem sucesso.

Em 1994, foi assinado o Protocolo de Lusaka (Zâmbia), em que a UNITA prometia entregar os campos de diamantes sob sua tutela e desarmar a guerrilha, enquanto o governo daria a vice-presidência

ao seu líder. No entanto o acordo não foi cumprido reiniciando a guerra. UNITA e a clara intenção em promover o conflito armado o grupo foi perdendo apoio (inclusive de seus próprios membros que começaram a desertar) e aumentando seu isolamento internacional. (MANERA, 2007, p.24)

Ainda Abrantes (2005), ressalta que,

Muitos foram os que acederam a este apelo e abandonaram as armas, reintegrando-se harmoniosamente na vida nacional. Jonas Savimbi e um grupo de radicais apoiantes das suas teses belicistas preferiram continuar um desesperado combate por uma causa já sem qualquer sentido, enveredando por crescentes práticas terroristas contra as populações civis e pela destruição de tudo o que encontravam pela frente. (ABRANTES, 2005, p.73)

Entretanto, só pode dar o fim da guerra com a morte do líder da Unita, Jonas Savimbi e a assinatura do acordo de paz, que foi um resultado de um processo de negociações. Em seguida, às primeiras eleições presidenciais em 2002, em que o MPLA saiu vitorioso. José Eduardo dos Santos, permaneceu como Presidente de Angola até Setembro de 2017, ocupando o cargo por quase 4 décadas. No ano passado veio a renunciar o cargo, dando lugar ao seu sucessor João Lourenço, integrante do mesmo partido.

### **2.6.2 Cabo Verde: Um regime monopartidário para um regime multipartidário**

Após a independência Cabo Verde juntamente com a Guiné decidiram adotar um regime monopartidário e autoritário, a partir da LOPE - Lei Sobre a Organização Política do Estado - publicado em julho de 1975, sob o domínio total do PAIGC e de todas as atividades económicas e sociais do arquipélago. Em vários artigos da LOPE, que mais tarde viria a ser uma espécie de Constituição, podemos identificar as características autoritário do regime. Isto mostra já no primeiro artigo:

“Artigo 1º - A soberania do Povo de Cabo Verde é exercida no interesse das massas populares, às quais estão estreitamente ligadas ao Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que é a força política dirigente na nossa sociedade.”

Já o regime monopartidário, Fernandes (1995:149), caracteriza-se por não consentir “a circulação da sede do Poder nem a alternância ideológica, o que estabiliza facilmente a forma e encaminha o Estado para o autoritário ou totalitário”, o que veio a acontecer com Cabo Verde. Segundo Évora (2004:70), Cabo Verde já nascia violando os princípios do

acordo da independência. Pois, no acordo, a LOPE seria uma lei de transição, entretanto, no seu artigo 2º, fica estabelecido que haveria uma escolha de comissão, presidida pelo presidente da Assembleia Nacional Popular e juntamente com mais seis deputados entregaria o projeto de Constituição da República de Cabo Verde, por conseguinte, esse prazo não foi respeitado, pois se prolongou de três meses a cinco anos.

Ainda existe, o princípio da unidade da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, idealizado por Amílcar Cabral, que foi considerado vantajoso para ambos. Foi planificada de forma a existir um Conselho de Unidade, sendo que, as Assembleias Nacionais de cada país e os órgãos supremos do Poder Legislativo eram responsáveis pela nomeação dos respectivos Governos. Aristides Pereira (2003, p.103) defende que a união entre os dois países foi a melhor decisão, dada a conjuntura em que se encontravam, levantando a seguinte questão: “A Guiné e Cabo Verde – dois países pequenos e pobres, com fraca densidade demográfica – em que ficariam a perder seguindo uma via de unificação, a estudar e a realizar-se em moldes aceites pelas duas partes?” Ainda o autor reforça que a unificação de Amílcar Cabral não pretendia ser uma imposição, antes deveria resultar de uma consulta à população, situação que nunca aconteceu. Entretanto, apesar dos princípios que Cabral defendia, além do respeito pelas diferenças culturais, era importante “considerar os ganhos”. Dado que havia um objetivo comum, e o esforço conjunto daria melhores resultados, o que, não se veio a verificar. Évora (2012) explica que,

Várias circunstâncias, entre as quais o intervalo de tempo entre a independência de um e de outro país, fizeram com que esta unidade na prática não funcionasse. De tal forma que o Conselho de Unidade, criado em Janeiro de 1977, não teve consequências práticas. A Constituição da Guiné-Bissau, redigida em Setembro de 1973, apenas fazia uma referência a Cabo Verde no artigo 2030 e só com a aprovação da Constituição da República de Cabo Verde, em 1980 é que este facto foi corrigido.(Évora, R 2012:50)

Este também foi o último ato político em prol da unidade. No mesmo ano, ocorreu um golpe de estado na Guiné-Bissau que depôs o Governo liderado por Luís Cabral. Desde então, Cabo Verde rompeu com o conceito de unidade que se tinha. Nessa falha adveio o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), que tinha as mesmas características ideológicas do PAIGC. O novo partido elegeu Aristides Pereira como Secretário Geral e Pedro Pires como Secretário-Geral Adjunto, dois ex combatentes da pátria, e ainda foi feita uma revisão constitucional em Fevereiro de 1981, onde todos os artigos

referentes ao PAIGC foram substituídos por PAICV e as referências entre os dois países eliminadas.

Conforme revela Lopes (2002), o fim da união trouxe várias alterações na política e económica para o país. Após a cisão com a Guiné-Bissau, o PAICV submeteu-se a eleições legislativas, mantendo o mesmo regime monopartidário e autoritário. Ocorreram duas eleições legislativas, uma em 1980 e outra, em 1985, sob o regime monopartidarismo. Nas primeiras eleições, houve uma forte adesão às urnas, o que demonstrou aceitação a forma de governação e o apoio à separação da Guiné-Bissau. Já nas segundas, não aconteceu o mesmo. Nessas eleições, foi registrado um elevado índice de rejeição.

Segundo Évora (2004), havia um controle rígido por parte do Governo, fazendo com que a economia se baseie nos princípios de centralização e planificação estatal. Isso privilegiava o setor cooperativo e o setor estatal de empresas públicas nos diversos serviços. Para além das divergências que iam ocorrendo, o partido se via em crise interna, o que fez com que alguns apoiantes desejassem um regime político mais aberto. Évora (2004) aponta que,

O carácter fechado do regime e sua fraca capacidade de permitir uma circulação da sua classe dirigente construíram-se nos principais motivos de sua desestabilização. A ausência de uma mobilidade social no seio e a impossibilidade de existir concorrência partidária fragilizou o regime de partido único e transformou num potencial de conflitos. (Évora, R 2004:81)

No decorrer do tempo várias organizações iam se criando em oposição à política do governo. Uma das frentes de oposição mais fortes encontrava-se em Portugal, onde existia para além de muitos dos ex-militantes do PAIGC, grandes números de opositores partidários. E foi aí que surgiu a organização, denominada por Grupo Revolucionário de Intervenção Socialista (GRIS). O objetivo do grupo era reivindicar o fim do regime de partido único, com a concessão de eleições livres para democratização do país. Para além de Portugal, em Roterdão, Nova Iorque e Lisboa, cidades onde haveria uma certa percentagem de emigrantes, também protestavam e ações contra o regime. Já em 1981, outros opositores criaram a Liga Cabo-verdiana dos Direitos Humanos, que faziam campanhas de denúncia a situações de maus tratos no país.

Mais é com o desenvolvimento dos meios de comunicação, que permitiu à comunidade internacional intervir no sentido de defender o respeito pelos direitos humanos e

pelos direitos políticos, ao mesmo tempo que difundia a democracia como força política de igualdade (Martins 2009). No final dos anos 80, já veria uma pressão internacional, principalmente por parte dos países doadores, para a abertura ao multipartidarismo no país. Mais essa pressão não foi de intenso impacto, já que Cabo Verde, era visto com um esforço por parte dos seus dirigentes e registrava-se baixos níveis de corrupção, de repressão e de violência, “esta pressão acabaria por surgir sobre a forma de contágio, ou seja, a pressão externa foi indireta.” (ÉVORA, 2009)

No final da década de 80, o Governo se via na necessidade de mudança por vários acontecimentos decorrentes na época, não só dentro do país, mas no próprio continente africano e ao mundo á fora. Uma delas é o colapso do comunismo, a queda do muro de Berlim em 1989 e a tentativa de Mikhail Gorbatchov de abrir a URSS à democracia em 1990. Para além dessas alterações na Europa de Leste, que influenciaram fortemente nas atitudes do Governo, na África, vários países substituíram o regime monopartidário por um regime pluralista, isso já entre 1990 e 1991. Em um dos maiores acontecimentos foi a libertação de Nelson Mandela, em 1990, conseqüentemente, a organização do Congresso Nacional

Africano (ANC), que conduziu o fim do apartheid na África do Sul.

Segundo Évora (2004), foi uma decisão do partido de assumir um rumo diferente, principalmente quando surgiu o Movimento para a Democracia (MpD), que mostrou ser um grande opositor com grande força de organização, capaz de neutralizar a hegemonia.

Em fevereiro de 1990, o PAICV reuniu com seu Conselho Nacional e decidiu permitir que outros partidos políticos se organizassem e disputassem as eleições legislativas e autárquicas que sobreviria em dezembro do mesmo ano. Era o reconhecimento do tão almejado fim e do monopólio político. Em Setembro a Assembleia Nacional revogou o artigo 4º da Constituição, que substituiu a anterior Constituição pela Lei Constitucional nº 2/III/90, reforçando o sistema do Poder Legislativo da Assembleia Nacional, preservando o Poder Executivo, que mantém competências legislativas.

De acordo com Évora (2004, p.89), foram aprovados os seguintes elementos:

1- uma nova Lei Eleitoral para a Assembleia Nacional – que se tornou o órgão Legislativo Supremo da República;

2- uma nova lei para a Presidência da República em que o Presidente passou a ser eleito por sufrágio universal e secreto;



3- a Lei do Regime Jurídico dos Partidos Políticos;

4- a Lei que reconhece o Direito de Antena e de Resposta aos partidos.

E com estas alterações, foi implantado o multipartidarismo. Conjuntos de leis que formalizava o direito da existência de partidos políticos, tornando possível a realização das primeiras eleições democráticas em Cabo Verde. E já em 4 de Dezembro de 1990 a 1 de Janeiro realizava as primeiras campanhas das eleições democrático. E a 13 de janeiro de 1991, iniciou-se um novo ciclo político com a realização das primeiras eleições legislativas e pluralistas em Cabo Verde, disputadas entre PAICV e o MpD. E o grande vencedor destas primeiras eleições foi o partido, MpD, Movimento para Democracia.

## **II- ANÁLISE COMPARATIVA DE SISTEMAS MUDIÁTICO E POLÍTICO**

O início deste capítulo descreve o histórico do sistema midiático em Angola e Cabo Verde, mais precisamente, do nascimento da imprensa nacionalista. Após, será feita análise dos sistemas de mídia e político, a partir das quatro variáveis propostas por Hallin e Mancini no estudo “Comparing media systems”.

### **2.1 O Histórico das mídias**

O desenvolvimento da imprensa luso africana foi muito lento e durante um longo período de tempo, a imprensa não fazia mais do que o retrato dos assuntos que interessavam ao Governador das colônias. O jornalismo nacionalista nasce de causas, reivindicação, desenvolvendo um papel importante na defesa de causas da independência. Gonçalves (2003) fala que, o papel da mídia, e a luta pela sua criação e pela sua liberdade, tem sido proporcional à luta pelo poder e pela fixação de espaços sociais de afirmação. Esse subtítulo aborda o início da imprensa em Cabo Verde e Angola, prosseguindo à análise.

#### **2.1.1 Cabo Verde**

A imprensa cabo-verdiana é relativamente classificada como tardia e contava com poucos operadores, sem falar de recursos para tal. Sousa (1992) considera que as características geográficas e económicas do país definem a configuração do sistema mediático do país. Contudo, a escrita tornou-se num dos principais instrumentos de manifestação, servindo, do mesmo modo para intensificar a exteriorização do espírito nacionalista no povo cabo-verdiano. E era nessas circunstâncias que se desperta uma formulação literária que questionava as condições a que o colonialismo sujeitava o povo cabo-verdiano. Essa foi o primeiro estilo de levar as inquietações e a realidade aos outros, mas oficialmente, a imprensa entrou em Cabo Verde em 1836, através de uma ordenação da Pasta da Marinha e do Ultramar, do antigo império português. Com o Artigo n.º 13 do Decreto de 7 de Dezembro de 1836 determinava que “nas províncias ultramarinas se imprimisse um Boletim, que teria como redactor o secretário do Governo” (Oliveira, 1998: 17). Já em 24 de Agosto de 1842, “começou-se a imprimir o Boletim Oficial, em Cabo

Verde, tendo este país sido o primeiro da África Lusófona a receber a preciosa invenção...”(ÉVORA, 2006a: 3). Porém, o primeiro jornal cabo-verdiano só veio nascer no ano 1877, chamado “Independente” que tinha a sua sede na Cidade da Praia, a capital. O nome se deu justamente a época depois da independência. Contudo, o periódico passou por vários períodos de dificuldades, sobretudo o isolamento do país no meio do Atlântico, o que dificultava o abastecimento de materiais necessários. Para além de que, as condições climáticas adversas não propiciavam a produção de materiais como os papéis, então era importado do exterior.

Segundo Évora (2006), o desenvolvimento da imprensa cabo-verdiana foi muito lento desde seu surgimento, e, com isso, por um longo período de tempo trazia majoritariamente assuntos que retratavam o interesse do Governo. E o jornal veio ao fim em 1890. No entanto nessa época, já havia existido vários os jornais, para além do Independente. Há registo de existência de outros títulos como o Correio de Cabo Verde, que surgiu em abril de 1880, o Echo de Cabo Verde que nasceu em abril de 1880, durante o regime de Partido Único. Mas os que mais se destacaram foram, o jornal Terra Nova e as revistas Raízes e Ponto & Vírgula. Com a abertura política em 1991, repercutiu o número e a qualidade dos órgãos de comunicação social, começando a surgir profissionais formados em escolas de jornalismo. E sobretudo a proliferação das rádios privadas.

O sector da radiodifusão começou a reivindicar o seu espaço no contexto mediático cabo-verdiano. Mas a introdução da rádio em Cabo Verde deveu-se muito à iniciativa privada. Segundo Oliveira (1998), o aparecimento da Rádio Nova inaugura uma nova fase para o sector da radiodifusão após a independência, com os privados a entrarem em força nessa área da comunicação social cabo-verdiana. Pelo passar do tempo, várias rádios foram originando, modificando, aprimorando, como, por exemplo, A Rádio Barlavento, junto com a RCCV (da Praia), vieram formar a Rádio Nacional de Cabo Verde, hoje a RCV. E a ampliação do espaço comunicativo em Cabo Verde não parou por aí. Em 1984, começaram as primeiras emissões da TEVEC (Televisão Experimental de Cabo Verde), que, posteriormente, passou a chamar-se TNCV (Televisão Nacional de Cabo Verde), evoluindo depois da abertura política para a RTC (Radiotelevisão Cabo-verdiana), vindo agora parar na TCV (Televisão de Cabo Verde).

Anos depois, já na década de 2000, Cabo Verde veria dar início ao jornalismo digital, que foi um impulso da população residente no exterior, especialmente nos Estados Unidos.

Inicialmente os jornais digitais eram editados fora do país, contudo as notícias eram escritas por jornalistas residentes no país que se encarregavam de pontear a factualidade do território nacional e enviar para a sede do órgão de comunicação. Com o avanço das tecnologias de informação e a acessibilidade, a imprensa digital cabo-verdiana começou a deslocar-se da diáspora para o próprio país. Hoje, o país conta com diversos veículos de comunicação fornecendo informação.

### **2.1.2 Angola**

A imprensa em Angola surgiu através de uma decisão do governo colonial que inicialmente, era realizada por intermédio de concretização de um boletim que Portugal experimentou no ano de 1626. A primeira imprensa só foi efetivada pelo Joaquim António de Carvalho Menezes, político de nacionalidade angolana, em 1842. Nesse mesmo ano, um navio enviado para Luanda afundou contido nele prensas. Em 1845, Pedro Alexandrino da Cunha, antigo governo geral português busca outra máquina de impressão, e só assim que em 1845, em 13 de setembro é publicado o primeiro periódico angolano, (QUEIROZ, 2010, apud HOHLFELD e CARVALHO). Alguns autores como, Licurgo Costa e Barros Vidal e Lawrence Hallewell relatam de que já, em Angola já havia alguns dois prelos instalados na cidade de Luanda e do Banza Congo.

Segundo LOPO, (apud HOHLFELD e CARVALHO), a historia da imprensa angolana abrange três etapas, que são:

I) A fase da imprensa oficial, que, segundo ele, essa fase iniciou aos 13 de setembro de 1845, isso é, quando houve primeira circulação dos boletins oficiais.

II) A fase da imprensa independente, onde partir de 1859 realizou se uma edição de único Almanak Estatístico de Angola, e a edição do primeiro jornal de Angola para combater o colonialismo. Esse jornal que, por sua vez, abriu o caminho para edição de várias séries de periódicos políticos dirigira-se a esse modelo de imprensa, que autores como CRUZ; SILVA, (2010) chamam de imprensa livre.

III) Nessa fase, houve uma industrialização na imprensa profissional. Em agosto de 1923 inicia a circulação de jornal em Luanda e posteriormente, para o resto de outros estados do país. Fundado pelo Adolfo Pina, continha uma tipografia de “Jornal Província de Angola”.

Em 1912 foi criado por Manuel Mesquita, uma nova tipografia de “Jornal Benguela”. Nessa fase também é destacável a contribuição do Alfredo Troni.

Houve necessidade que existisse uma quarta fase, que relatasse os acontecimentos do de 25 de abril de 1974 o anos antecede a independência. Assim, surgiu o deslumbramento de projetos independentes vindos de Portugal.

### *O Boletim Oficial de Angola*

Aos 13 de setembro de 1845, foi criado o primeiro boletim oficial de Angola, sua publicação deu cumprimento ao decreto de 7 de setembro de 1836, que legalizava a publicação em todos os estados, com a monitoração por parte do governo (Lopo, 1964, apud Hohlfeld e Carvalho...). Esse boletim era o único órgão de comunicação social que existia naquela altura. Nesse boletim eram publicadas poesias, reportagem de crimes, pormenores da vida social daquele tempo, bizarros, anúncios particulares e comerciais, notícias críticas e teatrais, como também, notícias chamadas sociedades.

Aos poucos foi se desligando dessas questões, tornando se limitada e exclusivamente para relatar assuntos governamentais, começando com uma folha apenas (GONÇALVES, 1964, apud HOHLFELD e CARVALHO...).

Depois do Boletim, oficial surgiu outras emissões, porém, não davam prioridade as características de um jornal, como era o caso do “Almanak Estatístico da Província de Angola” e suas afilhadas, que foram publicados em 1845, como foi citado anteriormente.

### *O desenvolvimento da imprensa*

Segundo LOPO (1964, apud HOHLFELD e CARVALHO) o surgimento da primeira edição do período de Luanda, fez com que a civilização da África portuguesa inicia efetivamente o II período do jornalismo angolano, que passou a existir a conhecida “Imprensa livre”, feito com profissionais das relevantes meios sociais que por sua vez tinha outras profissões definidas, porém com grandes tarefas de se apresentarem a sociedade. Alguns jornais depois mais tarde foram idealizados e editados por profissionais, da segunda geração compostas pelos mestiços, negros, mais todos nascidos no continente africano.

Em 1867, foi lançado o primeiro jornal depois da civilização da África Portuguesa, intitulado “O Comércio de Loanda”, era o primeiro também a ser caracterizado por uma tipografia própria.

## **2.2. Análise Comparativa dos Sistemas de Mídia e Político entre Cabo Verde e Angola.**

A análise comparativa desenvolvida pelos pesquisadores Hallin e Mancini, constitui a metodologia de estudo dos três modelos e as quatro variáveis que exploraram idéias sobre como explicar as variações que desenvolvem na estrutura política e midiática e “pensar sobre suas consequências para a política democrática” (HALLIN; MANCINI, 2004). O propósito da metodologia é fazer uma síntese teórica e oferecer uma estrutura de pesquisa comparativa sobre a relação entre os sistemas políticos e os sistemas de mídia. O estudo que foi feito com dezoito países consideradas ‘democracias ocidentais’ entre países da Europa Ocidental e América do Norte, analisa as semelhanças e as diferenças no sistema de comunicação. Os modelos foram denominados como, pluralista polarizado (ou mediterrâneo), corporativista-democrático (ou norte-centro europeu) e liberal (ou Atlântico Norte) define o sistema político a partir de análise de elementos críticos que compõem as características do sistema.

O Modelo Liberal é o que prevalece em toda a Grã-Bretanha, Irlanda e América do Norte, Modelo Corporativista Democrático, predomina no norte da Europa, e o Modelo Pluralista Polarizado, nos países mediterrâneos do sul da Europa. Eles explicam que o papel da análise comparativa pode ser entendido na forma de duas funções: “seu papel na formação e clarificação de conceitos e seu papel na inferência causal”. Para a classificação das mídias definiu-se as variáveis analíticas como: paralelismo político, mercado de mídia, o grau de profissionalismo jornalístico e a natureza da intervenção do estado na comunicação. A primeira variável está ligada ao nível de desenvolvimento da mídia no mercado de informação; a segunda, na relação entre a imprensa, governos, e partidos; a terceira, ao grau de profissionalismo do jornalismo e, por fim, à intervenção e regulamentação do Estado no setor das comunicações(AZEVEDO, 2006).

### 2.2.1 O paralelismo político

A origem do conceito de paralelismo político, veio através da definição de paralelismo partido-imprensa, proposto por Colin Seymour-Ure, que é definido da seguinte forma: “As mesmas forças sociais que se expressam em um partido ou nos partidos de um sistema político, tendem a se expressar também através da imprensa” (1974, p.159). Para Hallin e Mancini (2004, p.21) o paralelismo político é determinado pela natureza e o grau da relação mantida entre os meios de comunicação e os partidos ou organizações políticas. Em muitos casos ou em vários países, os jornais eram fundados sob a iniciativa de partidos políticos ou outros agentes políticos, o que não foge da realidade de Cabo Verde, nem de Angola já que os primeiros Boletins Oficiais foram criados sob a deliberação do império português. Já que também a política colonial mantida por Portugal procurava isolar os países do mundo através de políticas restritivas. Nessa variável os pesquisadores estabelecem seis indicadores para avaliar o grau de paralelismo político no território estudado, (1) A proporção da orientação política dentro do conteúdo das mídias; (2) a ligação entre os meios de comunicação e organizações políticas; (3) participação de pessoas midiáticas na vida política, como reportagens orientadas; (4) pluralismo interno, o que compreende as diferentes opiniões dentro de um meio de comunicação; (5) pluralismo externo, compreende diferentes opiniões dentro de um ramo midiático; (6) a regulação do serviço público de radiodifusão, controle pelo governo, isolado do controle político, ou de representações políticas.

O desenvolvimento dos media, em Cabo Verde, foi bastante limitado, não superando, em nada, as potencialidades económicas do país. Olhando para o período seguido à abertura do regime ao multipartidarismo em Cabo Verde, verifica um aumento do investimento no sector da comunicação, nos primeiros anos, posteriormente, um novo sistema de desinvestimento perante os sucessivos governos, relevando a própria produção jornalística, que integra os conteúdos, e menos condições aos órgãos públicos (ÉVORA, 2010). Naquela época, antes a abertura para o regime multipartidário, os jornalistas eram considerados somente como a voz do sistema de Partido Único, após isso houve uma divisão dos profissionais dos media entre os dois maiores partidos do país (PAICV e MpD), o que veio influenciar o modelo de jornalismo que hoje é desenhado no arquipélago. Segundo Évora

(2011), o jornalismo veio se difundir em dois modelos: o autoritário e o revolucionário. “No modelo autoritário, o exercício da actividade jornalística está sujeito ao controlo directo das autoridades públicas, especialmente do governo e dos departamentos governamentais. A censura, nestes contextos, torna-se uma realidade presente na comunicação social.”(ÉVORA, 2011, p.38) E o mesmo rebate respetivamente ao outro modelo, “É notória uma certa persistência dos órgãos de comunicação social, ‘opositores’ aos partidos políticos e meios de comunicação adversários quando as matérias tocam interesses partidários.”(ÉVORA, 2011, p.40).

Angola, com o conflito após a independência, trouxe muita instabilidade e incerteza ao futuro do país. Com isso muitos jornalistas naquela época, majoritariamente portugueses e descendente, acabaram por fugir do país. Em consequência, muitas instituições pararam seu funcionamento, incluído da comunicação. E é nessa fase que surge a nova geração de jornalista em Angola. Se antes, era constituídos por ‘homens brancos’, essa nova fase já é formada por ‘homens naturais de Angola’. Segundo Queiroz (2006), é a fase da imprensa livre. Contudo, em 1975 o MPLA (o partido à frente do poder) determina que todos os elementos da comunicação social “se constituiriam como instrumentos da luta ideológica e política a favor do novo regime... os meios passaram a ser entendidos como parte de um sistema centralizado, com tarefas que deviam integrar-se à estratégia política do partido no poder” (BECKER e CARLOS, 2006 p.139), em razão disso, a estrutura da imprensa angolana foi profundamente afetada, submetendo-a à censura e ao controlo estatal com o sistema “monopartidarismo”. “Esta é efectivamente uma perspectiva histórica que assistimos durante os primeiros anos do mono-partidarismo, da independência nacional e do estado da imprensa que estava sufocada por um controlo bastante cuidado, sobretudo devido ao papel que os órgãos de comunicação massiva desempenhavam na sensibilização da população nacional para as causas da defesa da soberania nacional e a liberdade do povo angolano.” (VUNGE, 2006 p.29) Os mídia eram parte importante da estrutura de propaganda e educação política usados pelo governo do MPLA para sensibilizar a população, sobretudo durante o longo período de guerra civil. A atenção dispensada aos veículos de comunicação era grande tanto que havia cursos para formação profissional dos jornalistas. Então, a extensão do paralelismo político na mídia, é portanto um pouco difícil, já que Hallin e Mancini, fala que depois depois da a imprensa comercial, o jornalista passou a ter uma posição mais neutro,



“distanciado de causas coletivas e interesses pessoais e sem coloração política ou partidária”. Cabo verde se vê muito dividido em termos de ideologias políticas o que acaba refletindo na profissão e no setor comunicativo. Já a Angola possui uma série de fraquezas que acabou diminuindo a democracia ao longo do tempo. Uma delas é a guerra civil que ocorreu por quase 20 anos, e centralização do poder, e as emissoras são realmente politizadas.

### **2.2.2 Grau de Profissionalismo**

Hallin e Mancini trazem dentro da análise o grau de profissionalismo, algo que vem sendo questionada dentro da esfera da comunicação por algum tempo. Desde a publicação do livro de Lippmann (1922), houve uma crescente preocupação com a dimensão política das atividades jornalísticas. Nessa variável, eles apresentam as seguintes características para avaliação: o desenvolvimento do jornalismo, contendo normas e regras; o grau de autonomia do profissional, baseado em princípios éticos ou práticas e a orientação para o serviço público dos jornalistas, ou seja, maior do que acolher interesses privados.

Em Angola o período de guerra deixou várias marcas no jornalismo, e uma delas é a concentração de informação e não sua divulgação. Segundo Sara Manera (2007), o exercício do bom jornalismo no país não é fácil. A área da comunicação social não está devidamente regulamentada, pois existem buracos na legislação que impedem o melhor funcionamento do mercado. “O jornalismo angolano se questiona, vive uma fase de excessos ao mesmo tempo em que faz uma reflexão sobre a profissão, seus limites, importância e papel social.” (MANERA, 2007, p.59). No relatório Dos Repórteres Sem Fronteiras, Angola ocupa 121º na Classificação Mundial da Liberdade de Imprensa de 2018, descendo apenas quatro pontos referente ao ano passado. É designada como o pior país classificado dentre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. A enorme restrição à liberdade de expressão, faz com que os profissionais, bem como cidadãos comuns se sentem ameaçados pelo Governo, principalmente no que se toca ao caráter político. O que dificulta o jornalista em meio a busca de fontes, bem como a divulgação de informações, especialmente relacionado a denúncias. Muitas fontes, particularmente as oficiais são de difícil acesso para os profissionais, sobretudo aos que trabalham nos veículos de comunicação privados. Há uma cultura de não dar informação, nem entre os próprios jornalistas. Manera, classifica os jornalista angolanos

como “desunidos”. Esta prática acaba por prejudicar a qualidade do jornalismo, porque impede que fatos necessários sejam expostos para a população. Tanto críticas e denúncias não chegam a ser publicados, não porque foram censurados, mas porque nem foram escritos. (MANERA, 2007). Heitor de Jesus Lourenço, locutor do programa Rádio Piô do Canal A, RNA<sup>3</sup> em entrevista, fala que:

As pessoas desconfiam principalmente no que toca às questões políticas. Porque saímos de uma realidade muito difícil devido a questão da guerra, o monopartidarismo, em que havia muita censura. Neste momento ainda existe alguma censura, principalmente nos órgãos públicos. Há coisas que são de interesse das pessoas, mas é algo que não se divulga, as pessoas ficam um bocadinho apreensivas contra essa situação. (Entrevista: Lourenço apud MANERA, 2007, p.72)

Araújo (2007), ainda ressalta que:

Acontece que a maior parte dos jornalistas trabalha para o estado que convive mal com reivindicações e como não há muitos meios de comunicação o papel do sindicato dos jornalistas fica diluído porque ninguém se arrisca a perder seu emprego. Estamos em um regime multipartidário, mas o partido está no poder desde 11 de novembro de 1975 até hoje é o mesmo e poucas mentalidades terão mudado, alguma coisa mudou em relação a abertura política, mas as pressões continuam a existir.

Entre opressões, ainda o jornalista convive com a baixa remuneração, o que faz com que ele seja cada vez mais corrompido. Com baixos salários os profissionais se vejam obrigados a terem mais de um emprego, ou em órgãos públicos ou privados, o que pode levar a dilemas profissionais devido a interesses conflitantes.

Para Luisa Fançony, diretora geral e apresentadora da rádio Luanda Antena Comercial de Angola o maior pecado dos jornalistas são as encomendas, ela fala que,

Não tenho provas, mas o que circula entre os próprios jornalistas é que há reportagens encomendadas e até pagas. Então a independência do jornalista fica posta em causa. Para, além disto, o nosso principal problema é a falta de maturidade dos nossos jornalistas. (Entrevista in Manera, 2007 p.68)

Realçamos que, a comunicação social e o curso de jornalismo são muito recentes em Angola, pois os primeiros cursos superiores abriram em 2002, em universidades privadas, portanto as primeiras turmas foram formadas em 2006. Então durante muitos anos trabalhou-se apenas

---

<sup>3</sup> Rádio Nacional de Angola, empresa pública de radiodifusão da República de Angola, fundada em 1977.

com profissionais que tinham apenas o ensino médio, nas quais foram aprendendo pela prática, através da experiência dos jornalistas mais velhos nas redações da época colonial e pós colonial. Segundo Manera(2007), muitos profissionais também se formaram em outras áreas e acabaram dedicando ao jornalismo como atividade principal.

Assim como Angola, em Cabo Verde à profissionalização no jornalismo inicialmente não passou pela exigência do diploma, já que recebeu os cursos de comunicação a partir de 2002. A primeira turma de formandos foi em 2007 em Ciências da Comunicação na Universidade Jean Piaget, instituição privada. A partir daquele ano surgiu mais cursos de comunicação com habilitação em jornalismo e outras áreas fins. Durante o período pós-independência os os primeiros profissionais da da comunicação, eram “estudantes do liceu” que já estavam habituados a ser locutores nas horas vagas. Esta circunstância determinou a que alguns deles escolhessem fazer carreira na Comunicação Social (FONTES, 2017, p.51).

De acordo com Silvino Évora, (2012) o jornalismo foi, durante muito tempo, em Cabo Verde, uma “profissão para aqueles que não tinham outra ocupação”. Ainda o mesmo autor afirma que, no período pós-independência alguns entraram para a área por gosto e disponibilidade de contribuir para o país, mas que outros “entraram para o jornalismo sem vocação nem preparação”. Com a mudança de regime, da democracia revolucionária para a democracia multipartidária em 1990, a atividade jornalística foi regulamentada. No mesmo ano nasce a Associação dos Jornalistas de Cabo Verde (AJOC), evoluindo presentemente para o Sindicato dos Jornalistas. Segundo, Margarida Fontes (2017), “A Associação dos Jornalistas de Cabo Verde (AJOC) assumiu desde o primeiro momento o seu papel cimeiro na defesa dos princípios da liberdade de imprensa, apelando a que os políticos respeitassem a liberdade dos jornalistas.” José Vicente Lopes, o primeiro presidente da AJOC, disse vê com naturalidade a forma “conturbada” como os jornalistas e a classe política se relacionavam naquela altura.

Foi conturbada, e nem podia ser diferente. Quem é que não quer meter as patas no jornalismo? Até hoje nós vemos isso. Imagina naquela altura! Da nossa parte – eu particularmente, tive a necessidade, com o apoio dos meus colegas da direção – de mostrar que nós não éramos nenhum paspalho ou idiotas que podiam fazer o que bem entendessem connosco e com a classe, sobretudo com a classe. E naquele período, tivemos que protagonizar muitos combates, dos quais eu me orgulho. Curiosamente,

apesar da profunda divisão política que se estabeleceu, éramos mais coesos, mais unidos. (Entrevista LOPES apud FONTES, 2017 p.47)

Segundo Repórteres Sem Fronteiras, bem como a Freedom House, Cabo Verde é uma excepção nos PALOP em termos de liberdade de imprensa, permanecendo 29º na ranking mundial, nos dados de 2018. Desde a Constituição de 1992, consagra a liberdade de imprensa. No seu artigo 48º, n.1 referente à liberdade de expressão e informação diz abertamente que “todos tem direito e exprimir as suas ideias por pensamentos e palavras”. Desde então os fundamentais da liberdade de expressão ganham centralidade. Em Abril de 2010, o parlamento aprovou novo Estatuto dos Jornalistas de Cabo Verde, que institui a obrigatoriedade de obtenção de um curso superior para o exercício da atividade jornalística. (FONTES, 2017:45) Isso começou quando chegou no país os primeiros jornalistas licenciados em Cuba, Brasil, Portugal e outros países. Daí a iniciação do debate em torno da profissionalização do jornalismo em Cabo Verde entre jornalistas não formados e jornalistas formados. Com isso, a AJOC apostou na formação dos jornalistas através de iniciativas de formação, treinamento com especialistas estrangeiros, e intercâmbios no exterior.

Em 2015, a associação integrou-se à Escola Superior de Comunicação Social (ESCS), do Instituto Politécnico de Lisboa (IPL), formando uma turma de mestrado para os jornalistas caboverdianos, com o objectivo de contribuir para a expansão dos conhecimentos jornalísticos e de conteúdos nos órgãos, favorecendo no surgimento de um corpus que pudesse ajudar a pensar a comunicação social no país. Contudo a classe jornalística é formalmente dividida, passando a haver os considerados entre partidos a favor e partidos da oposição.

Évora (2011) fala que, “Em Cabo Verde, mais do que jornalista informador, domina a figura do ‘jornalista pé do microfone’, cuja utilidade resume-se a agarrar o microfone para não cair, enquanto os actores da cena política fazem as suas propagandas na comunicação social.”(ÉVORA, 2011, p.40) E ele fala mais que a muito uma cultura do ‘jornalismo sentado’ que foi algo importado do modelo de “Portugal Sentado”, muito marcado pelas declarações oficiais e pouco crítico. Porém ele fala que Portugal conseguiu se desfazer desse modelo e que até hoje o Cabo Verde não conseguiu, desamararrar desse sistema.

Durante o ano de 2009, Évora fez uma pesquisa que foi base para a elaboração do seu tese de doutoramento e inquiriu 50 jornalistas que trabalham em diferentes órgãos de informação em Cabo Verde, para verificar o grau veracidade do termo.

“Desse universo, verifica-se que 90% dos inquiridos defende que a informação do “jornalista sentado” predomina o jornalismo em Cabo Verde: 60% concorda totalmente, 26% concorda em parte (ver gráfico n° 1).

No gráfico n.º 1, nota-se que os profissionais inquiridos defendem que as “sociedades organizadas” dominam a informação, definindo, desta feita, o quadro de leitura da realidade social. (ÉVORA, 2010).



**Fig. 1-** Jornalismo sentado e as “sociedades organizadas” dominam a informação a imprensa de Cabo verde, (ÉVORA, 2010).

É evidente a dificuldade de promover uma clara rutura com o jornalismo colaborante com o poder político, na qual sempre caracterizou as práticas jornalísticas em Cabo Verde.

Outra situação que afeta a classe profissional dos jornalistas, são os baixos salários feitos por alguns órgãos de comunicação social, nomeadamente os privados. Isso tem sido um problema constantemente criticado pelo Sindicato dos Jornalistas, nos últimos tempos. A maioria dos jornalistas em Cabo Verde trabalha em órgãos públicos. Os jornais privados sempre tiveram a tendência de surgir das mãos de grupos com ligações partidárias. (FONTES, 2017)

No que tange esses pontos podemos classificar que o grau de profissionalismo em Cabo Verde permanece baixo. Em Angola, nós podemos concluir que o nível desprestigia-se ainda mais, pois sem a liberdade de expressão, os jornalistas ficam incapacitados de cumprir seu dever em alto comprometimento.

Em Angola existe uma segunda Da Cruz(2012) os meios de comunicação não favorecem a liberdade nem o desenvolvimento da democracia. Podemos acentuar isso através da fala do Cornu, “Evocar a missão da imprensa é já abordar a sua liberdade. Para que o direito do público a conhecer os factos e as opiniões sejam uma realidade, devem ser garantidas a independência dos jornalistas e a dignidade reconhecida à sua profissão.”(Cornu, 1994, p.59)

### **2.2.3 O mercado de mídia**

A centralidade do mercado de mídia e de informação, trazido por Hallin e Mancini, se caracteriza por dois indicadores, para além da medição da audiência, a participação do setor televisivo na dimensão de investimentos publicitários e a presença de aparelhos de televisão a domicílios.

Apesar das limitações, Cabo Verde, é caracterizada por uma diversificação dos meios de oferta. Contudo, o mercado é pequeno, e a indústria é deficiente. A concorrência não é muita e as empresas alheias à comunicação social relegam a publicidade para segundo plano. Os veículos de comunicação de maior destaque é operado pelo sector da comunicação social do Estado, que é a Televisão de Cabo Verde (TCV), e a Rádio de Cabo Verde (RCV). A RCV, estação de serviço público de radiodifusão, é um dos mais credíveis órgãos de informação do país. Porém o serviço de Televisão é bem deficiente, o que não satisfaz as necessidades da população cabo-verdiana, que vem criticando a postura da televisão pública, já que até 2007, a televisão contava somente cinco horas de emissão por dia, aumentando hoje entre quinze a dezasseis horas diárias. Fato esse que faz com que a população recorre e conseqüentemente preferir a transmissão da radiofrequência, já que a transmissão é de vinte quatro horas. Isso fez com que o governo procurasse outras alternativas. Então foi espalhado antenas parabólicas por quase todas as Câmaras Municipais, proporcionando aos cidadãos um acesso gratuito aos canais de televisão internacionais, em desconcerto com a própria Lei da Televisão Nacional (ÉVORA, 2011).

Neste período, o Governo decidiu lançar um concurso para a atribuição de licenças para a emissão televisiva em sinal aberto, que originou mais 4 redes de televisão, o que hoje em

dia permanece somente dois, A Record de Cabo Verde e a Televisão Independente de Cabo Verde (Tiver). Na TV por cabo, temos a presença portuguesa (PT) na Cabo Verde Telecom, que tem a ‘ZAP TV’, e o capital chinês na ‘CVXTV’.

De acordo com Évora (2006), Cabo Verde não conta com nenhum jornal diário, possuindo três estações radiofónicas que apostam, na informação, com seriedade (a RCV – Rádio de Cabo Verde, a Rádio Nova – Emissora Cristã e a Rádio Comercial), as restantes estações, estão longe de apostar na informação profissional, com o objectivo de informar e formar a verdadeiramente a opinião pública, essas outras emissoras tem como a principal actividade a difusão musical. A partir da década de 2000, a imprensa eletrônica também fez parte do mosaico mediático cabo-verdiano.

E em 2005 os jornais impressos passaram a transpor seus conteúdos para o espaço digital, como casos do A Semana, Expresso das Ilhas, e A Nação, que persistem até hoje. Justamente essa nova forma de comunicação e domínio da tecnologia pareceu contribuir para uma tensão latente entre as gerações que fazem parte do grupo de profissionais do jornalismo no país.

Neste caso, poderíamos dizer que Cabo Verde tem uma baixa circulação e a centralidade da mídia eletrônica (rádio e TV) no mercado de informação, sem falar que o desenvolvimento da mídia comercial são relativamente tardios e recentes.

Igual a Cabo Verde, em Angola a rádio é o principal meio de comunicação. É o mais desenvolvido tecnicamente e classificado com melhores profissionais. Também considerada como melhor serviço prestado à sociedade, tendo mais influência sobre ela, já que a maioria da população rural é analfabeta e abrange a maior parte da população, chegando a cobrir 90% do território nacional. (MANERA, 2007) E o Estado continua a deter o maior número de meios de comunicação - a Televisão Pública de Angola (3 canais televisivos), a Rádio Nacional de Angola (repartida em 3 rádios), o Jornal de Angola (até setembro de 2015 o único jornal diário do país), o Jornal de Desporto, o Semanário Economia e Finanças e o Jornal Cultura.(BARROS, 2016 p.30). Devido às baixíssimas condições econômicas o acesso às publicações impressas à televisão e à internet não é frequente. O que acaba por fortalecer algumas características da rádio, com instantaneidade, baixo custo e grande alcance. Apesar da abertura significativa, ainda é difícil abrir emissoras de rádio no país ou conseguir autorização para transmissão em todo o território nacional. A única emissora de radiodifusão

de alcance nacional continua sendo a Rádio Nacional de Angola, pertencente ao estado e que se subdivide em cinco canais (MANERA, 2007, p.62). Segundo Sara Manera, as instituições mediáticas se concentram em Luanda, capital de Angola, as outras províncias são mal servidas em relação à comunicação social. Com exceção de Cabinda, Benguela e Huíla, três outras províncias em Angola. As rádios privadas só podem transmitir em FM, assim como a maioria está localizada em Luanda, sua frequência não pode ser transmitido no interior do país, somente opera a RNA.

Luisa Fançony diretora geral e apresentadora da rádio Luanda Antena Comercial, fala das dificuldades em operar uma rádio privada,

Temos 15 anos e a publicidade não chegava a suprir ou manter a rádio. Nós nos mantemos sempre sozinhos, mas com muita dificuldade. Só agora estamos respirando um bocadinho porque abrimos espaços para as igrejas. Pagávamos todos os salários no fim do mês, tudo direitinho, mas não tínhamos dinheiro para fazer investimentos e agora respiramos um bocadinho porque vendemos horários às igrejas evangélicas, do Reino de Deus, Maná... (Entrevista FANÇONY apud MANERA, 2007 p.68 )

Os meios impressos se dispõem no território nacional de forma bastante desigual, concentrados em Luanda enquanto no interior não existem publicações, com exceção do semanário Cruzeiro do Sul em Benguela.

Antônio Meireles, diretor de criação da empresa de comunicação Link em Angola reforça que:

Como eu disse ocorreram mudanças muito grandes. Houve uma evolução, principalmente porque o país estava em guerra então tudo estava meio parado, inclusive a circulação das pessoas e dos meios de comunicação. Era tudo meio limitado, todas as instituições estavam funcionando pela metade. Desde 2002, há um processo de democratização, há a volta do estado de direito, da circulação de pessoas e dos meios de comunicação. Esta abertura influencia a própria liberdade de imprensa, apesar do alcance da mídia privada ainda ser bastante curto. Quem cobre o país todo é a imprensa estatal e mesmo ela tem muitas dificuldades materiais para alcançar todo o território principalmente a televisão e o jornal. O rádio é de fato a mídia que alcança o país inteiro, que tem maior audiência, maior recepção, maior popularidade, é o veículo mais bem tratado, mais bem realizado em Angola. É o que exerce o jornalismo tecnicamente superior, com mais qualidade talvez até pela própria facilidade técnica.(Entrevista in MANERA, 2007 p.81)

Para a comunicação caboverdiana, Silvino Évora (2006), fala o seguinte:

Qual é a política de comunicação que aqui se desenha na paisagem mediática caboverdiana? Na nossa leitura, trata-se de uma política de convergência de serviços informativos e mediáticos: a convergência do sector público com o domínio privado, em que, ambos, se actuam no espaço público, como agentes prestadores de serviços mediáticos aos cidadãos.



#### **2.2.4 A Intervenção do Estado**

Essa é a última variável nomeados por Hallin e Mancini que evidencia o poder que o sistema político tem dentro do sistema midiático. Para cobrir essa quarta dimensão utilizam fundamentos como, regulamentos para os meios de comunicação (leis, licenças, etc), censura e outros tipos de pressão política e se o Estado define os critérios de notícia ou informação.

O lugar da política, hoje, ultrapassa seus espaços tradicionais e acaba se estabelecendo dentro na mídia. Isso mostra o poder da comunicação, da facilidade de manipulação da informação e assim a opinião pública, então nenhum governo quer perder. Isidora Fonseca (2014) fala que, “O jornalismo manteve um perfil político no Estado Novo na medida em que serviu aos propósitos do regime através de conteúdos que o referendavam, assim tornando a imprensa um instrumento da governação, o que se ajusta ao papel reservado à imprensa pelos regimes autoritários.” (FONSECA, 2014 p.279) Lembrando que, tanto Cabo Verde como Angola após a independência se tornaram países monopartidário. E a imprensa nacional nasceu como forma de reivindicação e luta, após isso ao dispor do partido no poder. Cabo Verde por seu lado via o regime de partido único como sinônimo da falta de liberdade, onde, antes de servir o interesse público e as necessidades de levar informação aos cidadãos, os meios de comunicação majoritariamente públicos, serviam principalmente o poder governamental. Com a abertura política em 1992 e criação da associação dos jornalistas, determinou e reforçou as leis de liberdade de expressão e imprensa.

O Direito da Comunicação Social, na Constituição cabo-verdiana, encontra-se definido entre os artigos 45º a 47º, onde garante a liberdade de expressão, de informação e de imprensa, tanto às pessoas individuais como colectivas, bem como a liberdade de fundar jornais e outras categorias de publicações, independentemente de quaisquer autorizações administrativas. No entanto, a Constituição enfatiza que a criação de estações, quer radiofónicas, quer radiotelevisivas, fica sujeita a licença, que será conferida mediante concursos públicos, ao abrigo da lei.

Em Angola as leis de imprensa também foram determinadas com a abertura política em 1992, o mesmo ano das primeiras eleições presidenciais, que dá o fim ao monopólio total do Estado da radiodifusão, incluindo o da televisão. Contudo, com o retorno da guerra civil, deu-se a mudança na conjuntura política, social do país. Nessa época observou-se uma

censura internalizada. Ademais, ocorreu enorme concentração de informação nas mãos dos representantes do governo que controlavam a informação em todo o país através das empresas estatais de comunicação. Além das censuras, os jornalistas sofrem com pressões mais sutis e complexas de caráter político e econômico, que dificultavam o exercício da profissão.(MANERA, 2007)

Passados 14 anos, com novos acontecimentos o governo sentiu obrigado a criar novo marco regulatório sobre a imprensa e lei de garantia sobre a liberdade de imprensa e as condições para seu exercício, no artigo 5º e 6º e reafirma a necessidade do CNCS no artigo 8º, que também proíbe o monopólio e oligopólio. Embora aprovados mas não foram regulamentados pelo governo.

Segundo Domingos Cruz (2012), o controle de conteúdo midiático na imprensa angolana caracteriza-se pelas seguintes categorias: concepção de informação, gestão, direcionamento e distribuição do conteúdo. O governo detém ainda de grande poder na comunicação social do país. O esquema se envolve principalmente, a partir da posse da grande empresa de mídia angolana, a Semba Comunicações, que é propriedade de dois dos filhos do ex Presidente da República, Tchizé dos Santos e Paulino dos Santos, que concebem os programas da mídia estatal. Até setembro de 2017, os maiores cargos dos órgãos estatais e instituições eram ocupados majoritariamente pela família 'Dos Santos'. Isabel dos Santos, filha do ex presidente angolano, José Eduardo dos Santos, é a primeira mulher bilionária na África, segundo a revista Forbes, referente ao ano de 2013. Embora a empresária não tem contato direto nos grupos da mídia angolana, a sua presença no sector das telecomunicações é clara como proprietária de uma das duas empresa de telecomunicações em Angola, a Unitel. Membros da família presidencial estavam presentes em todas as grandes empresas do país, como a Sonangol (petróleo), Endiama (diamantes), TAAG (companhia aérea). Desde do final do ano passado até o início deste ano, o novo presidente angolano, João Lourenço<sup>4</sup>, vem exonerando os descendentes de José Eduardo dos Santos. O atual presidente tinha afastado Isabel dos Santos da presidência da petrolífera Sonangol, e afastado Tschizé dos Santos da televisão pública, a TPA, à qual estava ligada através da Semba Comunicações e o José Filomeno dos Santos como presidente do Fundo Soberano.

---

<sup>4</sup>Presidente de Angola desde 26 de setembro de 2017.

Em um discurso, em setembro do ano passado, João Lourenço abordou ao setor da comunicação social, realçando que o país assistiu a um "assinalável progresso" na "qualidade da informação" desde 2002 com o término da guerra, e com a atuação de mais órgãos de comunicação social e um "debate mais plural". Afirma que, "mas estamos conscientes de que ainda há muito por fazer e que estamos longe de atingir o ideal nessa matéria." (Angola, 26 de Setembro, 2017).

Em Cabo Verde, não existe nenhum dado que comprove o controle do conteúdo na mídia por parte do Governo, embora que a maior de rede de comunicação é estatal. Contudo, os perfis dos jornalistas foi e ainda é uma preocupação dos partidos políticos. O que começou já transição política em 1990. Segundo Margarida Fontes (2017), no memorandum das conversações políticas entre as delegações do MPD e do PAICV, daquela época, ficou estabelecido que dentro da comunicação social "reconhece-se a necessidade de renovar e adequar o perfil dos titulares dos Órgãos de Comunicação Social estatais, bem como dos responsáveis de informação, à conjuntura política de transição democrática"<sup>5</sup>. E que "os titulares daqueles cargos deverão ser escolhidos entre os cidadãos - intervenção do estado competentes e que dêem garantias de seriedade e de isenção política". E que também, "os chefes de redação e directores de informação dos órgãos do Estado também passariam a ser eleitos, segundo o entendimento entre os partidos" (SILVA, 2014, p. 484).

Fontes(2007) rebate que,

O entendimento entre os partidos pela escolha de cidadãos competentes, sérios e isentos, para exercer o jornalismo não poderia ser encarado como o critério de acesso à profissão, porquanto a percepção dessas características iria sempre depender da subjetividade de quem estivesse à frente dos órgãos(FONTES, 20017 p.53)

Quanto à escolha dos chefes de redação e diretores de informação nos órgãos estatais, não há uma eleição, mas sim nomeação. Por exemplo, o Conselho de Administração escolhe o Diretor, e este escolhe o Chefe de Redação. E estes tem que ser um apoiador do partido no poder, o que de qualquer forma favorece o poder político. Contudo, reforçamos que em Cabo Verde, os jornalistas são divididos pelo partidarismo, e há um embate entre eles.

---

<sup>5</sup> Silva, Mário Ramos Pereira. As Constituições de Cabo Verde e Textos históricos de direito constitucional cabo-verdiano. 3. edição, Edições ISCJS, 2014

Em Angola, Manera (2007) fala que, a uma escolha ideológica de editores e jornalistas favorecendo o controle das redações, e assim a censura e depois a autocensura em práticas diárias dos profissionais. Isso reforça na seguinte afirmação:

A ideologia era usada como fio condutor das políticas editoriais, onde era permitido ocultar, modificar e manipular a informação de acordo com os interesses do governo. Segundo Adebayo Vunge alguns jornalistas, apesar de trabalharem sob pressão ideológica, censura e forte controle estatal do que era produzido e veiculado, tiveram que comparecer ao Departamento de Informação e Propaganda (DIP) para prestar esclarecimentos (MANERA, 2007 p.34)

Podemos ver o caso do jornalista angolano William Tonet<sup>6</sup>, que só em 2011 tinha mais de 80 processos contra si. E foi submetido a interrogatórios, julgamentos, tentativas frustradas de assassinatos. No mesmo ano foi condenado a prisão por calúnia e difamação por 3 generais das Forças Armadas de Angola, ainda com multa de 10.000 USD. (CRUZ, 2012)

Embora que muitos alegam a tendência de mudança com a evolução da sociedade angolana, ainda existe uma certa censura e intervenção estatal, o que reflete na qualidade da comunicação. Os profissionais tendem não colocar em prática suas competências, que sejam vistas como não credíveis. Heitor de Jesus Lourenço, locutor da RNA fala que,

É algo que tende a mudar de acordo com a evolução da nossa sociedade porque o nosso objetivo é a democracia e num país democrático não deve haver esse tipo de coisas. Há pessoas que se apegam ao fato de haver muita censura principalmente nos jornais e rádios estatais e de acharem que aquilo que passa é só a favor do estado nunca contra o estado. Algumas pessoas dizem que a rádio não está a favor do povo, mas a favor do estado. (Entrevista in MANERA, 2007 p.73)

De qualquer modo, podemos verificar que em ambos, há uma intervenção estatal. O que diferencia, é que em Cabo Verde não há uma censura e nem um controle forte de conteúdos como em Angola.

---

<sup>6</sup> Jornalista, jurista, fundador e diretor do Folha 8, um dos primeiros jornais privados do país e o único que não pertence ao regime político. É o jornalista com mais processos judiciais.

### **III - DEMOCRACIA E LIBERDADE DE IMPRENSA: CONCEITOS E ANÁLISE COMPARATIVA**

A liberdade e democracia são dois conceitos criados pelo o homem durante o processo evolutivo, que representam pilares fundamentais de qualquer sociedade igualitária e justa. (AZEVEDO, 2006). O termo Democracia deriva de “demos”, que significa povo, e “cratos”, que exprime a força e o poder. É por natureza um conceito muito abrangente, cuja origem remonta à Grécia antiga, e que é atualizado cotidianamente.

É explícito que a democracia se sustenta nos direitos humanos. A liberdade de expressão e de imprensa fazem parte deste quadro também. E é inegável que não há democracia se estes ou outros direitos não forem garantidos e respeitados por aqueles possuem poder e autoridade. A democracia e a liberdade de imprensa são inseparáveis. Segundo Domingos Cruz (2012), a liberdade de imprensa é chave para avaliar o estado da democracia de um país. “Ela faz parte das liberdades políticas e viabiliza a persecução dessas, por exemplo, é por meio dela que se pode exercer o direito de voto — uma liberdade política — com consciência e em consciência, com lucidez, graças ao pluralismo midiático.”(CRUZ, 2012 p.27) Para Carvalho (2003) a liberdade de imprensa se reafirma na liberdade de informação, o que permite transmitir fatos e acontecimentos, registrando o presente. Completa ainda que, “ não esgota todo o espaço de manifestação de pensamento, que lhe sobra, mas é uma especialização, uma ramificação [da liberdade de consciência].”(CARVALHO, 2003 p.40)

A defesa da liberdade de imprensa, bem como de expressão ganhou grandes proporções, na esfera pública global, com o nascimento de várias ONGs, local, regional e transcontinental. A partir dos anos 1900 surgiram organizações que se dedicam a defesa da liberdade de imprensa como Freedom House, fundada em 1949; Article 19, fundada em 1987 com sede em Londres; Repórteres Sem Fronteiras (RSF), fundada na França em 1985 pelo jornalista Robert Ménard; Anistia Internacional, já em 1961 pelo advogado britânico Peter Benenson, e sediada na Inglaterra, e a Human Right Watch, criada nos EUA em 1978.(CRUZ, 2013) Essas organizações reconhece a importância avaliatória da liberdade, incluindo umas e outras liberdades diferentes. Liberdades políticas como liberdade de expressão.

O desenvolvimento democrático é a combinação desses elementos, principalmente nas fases de transição o alcance de resultados crescentemente fornece indicadores de desenvolvimento democrático, referindo a aumento das liberdades, oportunidades e capacidades. Domingues da Cruz compreende que,

O processo democrático cumpre a tarefa de programar o Estado no interesse da sociedade, entendendo-se o Estado como o aparato de administração pública e a sociedade como o sistema, estruturado em termos de uma economia de mercado, de relações entre pessoas privadas e do seu trabalho social. A política (no sentido da formação política da vontade dos cidadãos) tem a função de agregar e impor os interesses sociais privados perante um aparato estatal especializado no emprego administrativo do poder político para garantir fins coletivos.<sup>7</sup> (CRUZ, 2012 p.19)

A liberdade de imprensa é uma conquista legítima e imprescindível a todo regime democrático de direito, cuja importância é inquestionável.

Na África, quase todos os países assinaram formalmente nas suas constituições o direito à liberdade de imprensa, quer para salvaguarda a liberdade de expressão quer para um direito específico. Embora que há artigos registrados que suscita a liberdade de expressão, a conjuntura é outra. O artigo 9º da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, designada também por Carta de Banjul, que foi adotada pela OUA em Nairobi, no Quênia, em junho de 1981, na qual entrou vigor em outubro de 1986, declara que, “1. Todas as pessoas têm direito à informação. 2. Todas as pessoas têm direito de exprimir e de divulgar as suas opiniões dentro das leis e dos regulamentos.” (CRUZ, 2012 p.54)

Silva (2009, p.198-199) alega que havia uma preocupação por parte da OUA na formulação da liberdade de expressão devido que,

[...] nos anos sessenta e setenta, a grande preocupação da OUA era, ainda e essencialmente a libertação do continente do colonialismo e de todas as formas de opressão do homem africano, incluindo o Apartheid, na África do Sul. Num tal contexto, acompanhado por uma envolvente de guerra-fria, a liberdade de imprensa e outras liberdades fundamentais viriam a ser sistematicamente relegadas para segundo plano, perdidas no confronto da retórica belicista e ideologicamente carregada que travavam os dois blocos, entre a primazia dos direitos cívico-políticos ou os direitos económicos-culturais.

---

<sup>7</sup> Trecho da análise em forma de adenda ao artigo de Habermas, Três Modelos Normativos de Democracia, publicado pela revista Lua Nova.

Domingos Cruz (2012, P.61) diz que, Angola aderiu os direitos assumidos pela organização africana e mundial

Angola aderiu e adotou para o direito interno os instrumentos internacionais fundamentais onde defende-se a liberdade de expressão, tanto da ONU quanto da União Africana, por isso, tem obrigação de respeitá-los, aplicando-os: Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos, subscrito em 10/01/1992; Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais, subscrito em 10/01/1992; Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, subscrito em 17/09/1986; Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificado em 05/12/1990; Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos, ratificado em 02/03/1990 e a Carta Africana sobre Direitos e Bem-Estar de Crianças, ratificado em 11/04/1992.

De todos os PALOPs, Angola é o que apresenta menor índice de liberdade de imprensa de acordo com a Classificação Mundial de Liberdade de Imprensa, ocupando como um dos “países mais difíceis em termos de liberdade de expressão”. Contudo, de acordo com a Constituição da República do país, o regime é uma democracia, conforme os artigos 1º 2º e 3º. Apesar de que a democracia constituir um processo altamente político, alguns estudos promovidos determinaram uma relação entre o nível de desenvolvimento e o carácter democrático da governação (BRANCO, 2009). Segundo Paul Ricoeur, filósofo político, o mal-estar das democracias deve-se a dominação total de poder do Estado presente. Nesse caso segue a reflexão sobre o pensamento político e os impasses da soberania. E é o que observamos no caso de Angola. Onésimo Silveira (2005) comenta que, a própria experiência e a trajetória lusófona expende os desafios da consolidação democrática no continente africano.

Os cinco países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) iniciaram os processos de democratização na década de 1990, e todas realizaram as primeiras eleições democráticas nessa época, desde a sua independência. Apesar disso, após mais de dez anos, somente apenas um destes países, Cabo Verde surge classificado com o nível máximo de liberdade (most free) da Freedom House, classificado como 1º entre os PALOPs e 4º em toda África, com uma avaliação da liberdade política ao nível total das democracias consolidadas, incluindo Portugal. Entre os cinco países, Cabo Verde foi o mais subestimado concernente ao progresso do país após a independência. Houve também um receio após se dividir com a Guiné Bissau após o golpe de estado. Concernente a isso Onésimo Silveira (2005) rebata:

Não deixa de ser irónico que Cabo Verde seja o caso de sucesso da democratização na África lusófona quando a própria viabilidade de Cabo Verde como Estado independente era questionada não só por figuras proeminentes do movimento nativista cabo-verdiano («Independência? Para Cabo Verde? Para estas pobres e abandonadas rochas atiradas ao mar?» — Eugénio Tavares); mas também pelos próprios actores políticos de Cabo Verde pós-1975. Pedro Pires, primeiro chefe do governo de Cabo Verde, descreve o seu sentimento na véspera da independência de Cabo Verde como o de «um coxo a quem tinham tirado a muleta e que agora teria de caminhar sozinho, com os seus próprios meios», reflexo dos desafios que a independência implicava para um país ultraperiférico como Cabo Verde. (cit. in Silveira, p. 136)

No 1º Artigo da 1ª CRCV mostra que “Cabo Verde é uma República soberana, unitária e democrática, que garante o respeito pela dignidade da pessoa humana e reconhece a inviolabilidade e a inalienabilidade dos Direitos do Homem como fundamento de toda a comunidade humana, da paz e da justiça”(CRCV: 1992, 5). A importância no trecho, é do facto da própria Constituição assumir-se como democrática; defensora dos Direitos do Homem e garantindo o respeito pela dignidade da pessoa humana. (ÉVORA, 2006 p.10)

A liberdade de imprensa (Artigo 60º) e o direito de antena, de resposta e de réplica políticas (Artigo 58º) são outros pilares do quadro constitucional que permitem uma regulamentação alargada da imprensa e do exercício do jornalismo em Cabo Verde. As Leis da Rádio, da Televisão, da Imprensa Escrita e das Agências de Notícias, sem esquecer o Estatuto do Jornalista são corolários desse período.

Em Angola, a Constituição de 11 de novembro de 1975 afirma que a “[...] lei assegura o direito de livre expressão, reunião e associação” (artigo 22). Na mesma Constituição confere também a questão da liberdade de crença e de consciência, (artigo 25). Já na Constituição de 6 de maio de 1991 assina “o primeiro passo jurídico-formal para a democracia” ao estabelecer “principiologicamente nos artigos 1º, 2º e 3º”.(CRUZ, 2012 p.62) Em relação à liberdade de expressão, o autor fala que fica evidente como o novo sistema político a democracia como consequência

Segundo o artigo 24 “são garantidas as liberdades de expressão, de reunião, de manifestação, associação e de todas as demais formas de expressão”. Por sua vez, o artigo 27 estabelece que “é garantida a liberdade de imprensa, não podendo esta ser sujeita a qualquer censura, nomeadamente a de natureza política, ideológica e artística. A lei regulamenta as formas de exercício da liberdade de imprensa e as providências adequadas para prevenir e reprimir os seus abusos”.



A Constituição de 2010, reforça também os direitos fundamentais, incluindo liberdade de expressão e de imprensa. O artigo 40 garante a liberdade de expressão, englobando aspectos relacionados:

1. Todos têm o direito de exprimir, divulgar e compartilhar livremente os seus pensamentos, as suas idéias e opiniões, pela palavra, imagem ou qualquer outro meio, bem como o direito e a liberdade de informar, de se informar e de ser informado, sem impedimentos nem discriminações. 2. O exercício dos direitos e liberdades constantes do número anterior não pode ser impedido nem limitado por qualquer tipo ou forma de censura. 3. A liberdade de expressão e a liberdade de informação têm como limites os direitos de todos ao bom nome, à honra e à reputação, à imagem e à reserva da intimidade da vida privada e familiar, a proteção da infância e da juventude, o segredo de Estado, o segredo de justiça, o segredo profissional e demais garantias daqueles direitos, nos termos regulados pela lei. 4. As infrações cometidas no exercício da liberdade de expressão e de informação fazem incorrer o seu autor em responsabilidade disciplinar, civil e criminal, nos termos da lei. 5. A todas as pessoas, singulares ou coletivas, é assegurado, nos termos da lei e em condições de igualdade e eficácia, o direito de resposta e de retificação, bem como o direito à indenização pelos danos sofridos.

Embora com formalização dos direitos inscritos na constituição, a censura e a manipulação da informação é muito presente país. Classificado como sutil e complexa. Há uma censura e represálias a jornalistas e meios de comunicação. (MANERA, 2007) Segundo ONU e RSF, em Angola, existem cláusulas em alguns códigos penais que criminalizam a difamação sediciosa contra o Estado. "É crime publicar material que advogue ou incite à mudança política." Desígnio de revolta por interpretar como a intenção de " incitar o descontentamento contra o Governo" Muitos jornalistas se sentem ameaçados e impossibilitados de fazer seu trabalho.

Francis Balle (1987) fala que, a luta pela liberdade de imprensa, sempre, foi um enfrentamento contra os poderes opressões, que exerciam censuras sobre os meios de comunicação social, procurando impor uma visão única do mundo, aquela que favorecia quem detinha o poder. Em uma entrevista dada pelo ex Presidente de Angola, na rede Bandeirantes em 2013, Eduardo dos Santos é questionado sobre a legalidade política e moral em continuar governar o país após mais 30 anos no poder, e o desrespeito às próprias leis aprovadas por seu regime, e a corrupção institucionalizada. O ex Presidente respondeu o seguinte:

“Eu acho que é muito tempo, até demasiado, mas também temos que ver as razões de natureza conjuntural que nos levaram a esta situação”, respondeu Eduardo dos Santos, que argumentou que a guerra impediu o funcionamento da democracia. “O País esteve em guerra cerca de 40 anos desde que começou o processo de libertação nacional, mas, depois da independência, acho que foram trinta e tal anos de guerra, em que o país ficou adiado, portanto não pôde consolidar essas instituições do Estado, nem sequer pôde tornar regular o funcionamento do processo de democratização, por isso muitas vezes as eleições tiveram que ser adiadas”. (Ent. in TV Band, Angola, 13/11/2013)

Bayart (1993) descreve que, com o fim da guerra civil em 2002 e a morte de Jonas Savimbi, líder da Unita, uma pequena elite começou a acumular riquezas rapidamente. Através da "política da barriga" e orientada por "estratégias de oferta" expressão usada pelo autor(p. 228-259). Pequena elite, formado por membros do Estado, junto ao “partido governista e os aparatos militares passaram a controlar a extração de petróleo e minerais preciosos e estenderam progressivamente seus interesses para outras áreas” (Costa J, Lopes JT e Louçã F, 2014 p.126). A lógica do ex governante consistia em controlar o dinheiro para manter o poder, o que explica de colocar somente membros de sua família ou pessoas mais próximas em grandes postos onde concentra a capital do país. Mostrando a real corrupção institucionalizada entre outras formas de subversão da ordem constitucional com o intento de maior monitoramento nacional.

Todas as análises aqui expostas tendem reconhecer os grandes obstáculos ao desenvolvimento da democracia em Angola. A guerra, falta de comprometimento com as leis e regras e o respeito aos direitos, parecem paralisar o pano social.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a realidade dos sistemas mediáticos e políticos entre Angola e Cabo Verde frente às variáveis proposta por Hallin e Mancini, observou-se que, os dois países possuem intervenção do Estado político sobre as vias de comunicação, principalmente com os meios de comunicação privados. Porém, há uma diferença, em Angola, o sistema mediático e político privado como estatal é reprimido pela elite, que controla uma boa parte da mídia angolana, em Cabo Verde apesar de existir controle nos sistemas mediáticos e políticos, não há repressão nos órgãos de comunicação privadas. Dentro dessa perspectiva, os fatores que levaram a existência dessas diferenças estão ligados a contexto histórico que cada um desses países veio a ultrapassar após a independência.

No que diz respeito a variável do “Paralelismo político”, Angola e Cabo Verde, apesar de terem o mesmo processo histórico, isso é, o mesmo colonizador, deve-se afirmar que ambos os países tiveram um percurso histórico totalmente diferente isso após a colonização. No caso de Angola, após a colonização houve disputa de poder entre três partidos (MPLA, FNLA, E A UNITA) que ocasionou uma guerra que comprometeu com a segurança do estado e como consequência desse comprometimento ampliou-se maior controle nos sistemas mediáticos e políticos daquele país pelo governo do estado, reprimindo os órgãos de comunicação e privadas como pertencente a mesma, com objetivo manter o controle sobre a segurança do estado opressor.

Os meios de comunicação passaram a ser entendidos como parte de um sistema centralizado, com tarefas que deviam integrar-se à estratégia política do partido no poder, o MPLA. Diferentemente do Cabo Verde, após a colonização abriu uma nova janela rumo a democracia, onde verificou-se um aumento do investimento no setor da comunicação, que ajudou a promover maior estabilidade na comunicação e menor controle nos sistemas mediáticos e políticos em comparação com Angola.

No que diz respeito a variável “Grau de Profissionalismo”, a sequência de substituição de indivíduos no quadro jornalístico em Angola deve ser levado em consideração, por influenciar diretamente nos sistemas mediáticos e políticos em Angola. Algum tempo atrás os indivíduos que predominavam na estrutura jornalística em Angola após a independência eram jornalista portugueses, com modelo jornalístico mais livre, sem muita intervenção do

estado. Com o surgimento da guerra, esses por sua vez retornaram ao seus país e em seguida começou a surgir novas estrutura jornalística composta por indivíduos nativos de Angola, com menos ou quase sem experiências do colonizador, que acabavam sendo fácil de ser reprimidos pelo governo do estado desde a independência até aos dias de hoje. Diferente de Cabo Verde que desde então a estrutura jornalística começou com a participação dos portugueses e ao longo do tempo foi predominando os nativos do país, com muita experiência adquirida do colonizador.

O grau de profissionalismo em Angola apresenta déficit, consequência de uma guerra que terminou que levou quase três década, hoje o trabalhar como jornalista em Angola é um grande desafio dentro da imprensa angolana, e sem dizer que, existe leis na constituição de Angola que impedem o melhor funcionamento do mercado.

No que diz respeito ao mercado da mídia em Angola, nos últimos dias tem aumentado, porém, a maioria dos jornalistas tende trabalhar nos principais veículos de comunicação na qual são mais controlado pelo estado, pela fato de que são as que estado dá mais atenção salarial. Apesar disso, recentemente é notável a fugas de alguns jornalistas, saindo de veículos principais de comunicação do estado indo para as privadas, a procura de maior liberdade, fato que nos dias de hoje tem servido como uma ameaça ao governo.

A intervenção do estado no sistema mediático e políticos e Angola é definida através fiscalização do órgão de comunicação pública, tanto nos privados, seguida de algumas ameaças nas mãos dos representantes do governo que controlam a informação em todo o país através das empresas estatais de comunicação.

A intervenção do estado está diretamente envolvida as principais poses de grandes empresas midiáticos de Angola, como: a Semba Comunicações, que é propriedade de dois dos filhos do ex Presidente da República. Em Cabo Verde, não existe nenhum dado que comprove o controle do conteúdo na mídia por parte do Governo, embora que a maior de rede de comunicação é estatal. Contudo, o perfil dos jornalistas foi e ainda é uma preocupação dos partidos políticos. O que começou já transição política em 1990.

No entanto, embora que muitos alegam a tendência de mudança no sistema mediática e políticos em Angola com a evolução da sociedade angolana, no comando do novo presidente, ainda assim existe certa censura e intervenção estatal, o que reflete na má qualidade da comunicação. Com a aumento de vários emissoras privadas na sociedade embora as mesmas

sendo ouvidas somente na capital, Luanda, já é um pequeno sinal de mudança.

Por fim, observamos que, por falta de algumas informações, as análises das variáveis em algumas partes, propenderam a ficar desequilibradas. Ou seja, em certo caso, havia uma abundância de informação em relação a um país, e no outro nem tanto. A insuficiência de pesquisas sobre o controle midiático e liberdade de imprensa tanto em Angola, como Cabo Verde, dificultaram a solidificação de um conteúdo de análise mais forte.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, José Mena et al. Angola em paz novos desafios. **Luanda: Edições Maianga**, 2005.

\_\_\_\_\_. **A liberdade de imprensa em Angola**. Uma leitura da lei de imprensa. (Dissertação de pós-graduação em comunicação social apresentada na faculdade de ciências humanas da Universidade Católica Portuguesa), Lisboa, 2003.

ANDRADE, Elisa Silva; ARAÚJO, Amélia Sanchez; LESOURD, Michel. **As ilhas de Cabo Verde: da " descoberta" à independência nacional (1460-1975)**. 1996.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, v. 12, n. 1, p. 88-113, 2006.

BALLE, Francis; LETEINTURIER, Christine. **La télévision**. MA Ed., 1987.

BARROS, Bruna Gabriela G. **A crise petrolífera em Angola: realidade ou ficção?: estudo de caso: Jornal de Angola, expansão e o país**. 2016. Tese de Doutorado.

BRITO-SEMEDO, M. 2003. **“Cabo Verde: A Construção da Identidade Nacional, Análise da Imprensa entre 1877 e 1975”**. Tese de doutoramento, Lisboa, Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.

CABRAL, Amílcar. (1972, 15 de outubro). **Identidade e dignidade no contexto de luta de libertação nacional**. Discurso aquando do recebimento do grau de Honoris Causa na Universidade Lincoln, Pennsylvania.

CABRAL, Iva et al. **Cabo Verde Uma Experiência Colonial Acelerada (Sec. XVI-XVII)**. 2012.

CARDOSO, Humberto. **O partido único em Cabo Verde: um assalto à esperança**. Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1993.

CARVALHO, Luis Gustavo Grandinetti Castanho de. Liberdade de informação e o direito difuso à

informação verdadeira. **Rio de Janeiro: Renovar**, 2003.

CHAVES, R. Angola e Moçambique: **experiência colonial e territórios literários**. SP: Ateliê Editorial, 2005.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e Verdade – Para uma Ética da Informação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

COSTA, Jorge; LOPES, João Teixeira; LOUÇÃ, Francisco. **Os donos angolanos de Portugal**. Bertrand, 2014.

CRUZ E SILVA, Rosa. **O nacionalismo angolano: um projecto no século XIX através de três periódicos da época: O Pharol do povo, Tomate e O desastre**, 2010.

CUNHA POINHOS VICENTE, F. M. **Nacionalismo e Literatura em Cabo Verde Uma análise dos romances Dona Pura e os Camaradas de Abril e o Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo de Germano Almeida**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso.

DA CRUZ, Domingos José. **Liberdade de imprensa em Angola: Obstáculos e desafios no processo de democratização**, 2013.

DA CRUZ, Domingos José. **Liberdade de Imprensa no Sistema Africano de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos**, 2012.

DA SILVA, Márcia Maro. **A independência de Angola**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

ÉVORA, Silvino Lopes et al. **Ciberjornalismo na lusofonia: Contributo para um mapeamento**. CECS-Publicações/eBooks, 2014.

ÉVORA, Silvino Lopes. **Jornalismo sentado, construção democrática e políticas de comunicação em Cabo Verde**. Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática, v. 10, n. 19, 2011.

ÉVORA, Silvino Lopes. Os media em Cabo Verde: percurso histórico e novas tendências.

**Anuário Internacional de Comunicação Lusófona**, p. 61, 2012.

ÉVORA, Silvino Lopes. Políticas de comunicação e contexto mediático cabo-verdiano.

**Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, 2006.

ÉVORA, Silvino Lopes. **Políticas de Comunicação e Liberdade de Imprensa: Análise da Situação Cabo-verdiana entre 1991 e 2009**. 2010.

ÉVORA, Roselma. Cabo Verde: **A abertura política e a transição para a democracia**. Spleen Edições, 2004.

ÉVORA, Lígia. **Cabo Verde**. 1997.

Fernandes, A. J. (1995). **Introdução à Ciência Política**. Porto: Porto Editora

FONSECA, Isadora de Ataíde. **A imprensa e o império na África Portuguesa, 1842-1974**. 2014.

FONTES, Margarida Filipa de Andrade António. **Uma identidade dos jornalistas cabo-verdianos**. 2017. Tese de Doutoramento. Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Comunicação Social.

HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo. **Comparing media systems: Three models of media and politics**. Cambridge university press, 2004.

Hrbek, Ivan. **A desintegração da unidade política no Magreb**. In Niane, D. T. (Ed.) **História geral de África. África do século XII ao XVI**. (Vol. IV, Cap.4, pp.89116). Brasília: UNESCO, 2010.

HOHLFELDT, Antonio; CORSO DE CARVALHO, Caroline. A imprensa angolana no âmbito da história da imprensa colonial de expressão portuguesa. **Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 35, n. 2, 2012.



KOUDAWO, Fafali. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: Da democracia revolucionária à democracia liberal**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 2001.

LARA, Sousa. **Colonização Moderna e Descolonização: sumários para o estudo da sua história**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2000.

LAINS, Pedro. **A crise em 2012**. *Relações Internacionais* (R: I), n. 33, p. 43-51, 2012.

LOPES, Isabel. **Transições políticas em África: mal-estar no jornalismo caboverdeano: prestação de contas do governo aos cidadãos através dos media, 1991-1998**. Spleen Edições, 2002.

MANERA, Sara Bomfim. **Importância das rádios na reconstrução de Angola pós Guerra Civil - Análise da Rádio Nacional de Angola, Rádio Ecclésia e Luanda Antena Comercial**, 2007.

MARTINS, Amarilis Barbosa. **Relações entre Portugal e Cabo Verde antes e depois da independência**. 2009. Dissertação de Mestrado.

MELO, António (Ed.). **Colonialismo e lutas de libertação**. Afrontamento, 1974.

OLIC, Nelson Bacic; CANEPA, Beatriz. **África: Terras, sociedades e conflitos**. São Paulo: Moderna, 2004. (Coleção Polêmica).

OLIVEIRA, João Nobre. **A Imprensa Cabo-verdiana (1820-1975)**. Macau: Fundação Macau (Direcção dos Serviços de Educação e Juventude), 1998.

Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). **História da Guiné e ilhas de Cabo Verde**. Porto: Afrontamento, 1974.

PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). **Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

PEIXOTO, Carolina. **Por uma perspectiva histórica pós-colonial-um estudo de caso: A “descolonização” de Angola e o retorno dos “nacionais”**. In: 7º Congresso Ibérico de

Estudos Africanos. 2011.

PEREIRA, Aristides. O meu testemunho. **Uma luta, um partido, dois países. Versão documentada.** Lisboa: Editorial Notícias, 2003.

PINTO, José Filipe. **As relações Europa-África: perspectiva diacrónica.** 2009.

PRODANOV, Cleber Cristiano & FREITAS, Ernani Cesar. **Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Académico**, 2ª edição, Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul – Brasil, 2013.

SEYMOUR-URE, Colin. **The political impact of mass media.** London: Constable; Beverly Hills, Calif: Sage Publications, 1974.

SILVA, Ana Cristina Nogueira. **Constitucionalismo e império: a cidadania no ultramar português.** Almedina, 2009.

SILVA, Mário Ramos Pereira. **As constituições de Cabo Verde e textos históricos de direito constitucional cabo-verdiano.** Imprensa Nacional de Cabo Verde, 2014.

SILVA, Reginaldo. Liberdade de imprensa – Subsídios para a trajetória de um direito fundamental em Angola. In: VIDAL, N; ANDRADE, J. P. **Sociedade civil e política em Angola.** Lisboa-Luanda: Firmamento, 2009, pp. 179-208.

SILVEIRA, Onésimo. **A Democracia em Cabo Verde.**, Lisboa, Edições Colibri, Março de 2005.

SOUSA, Julião Soares. As Associações Protonacionalistas Guineenses durante a 1ª República: O Caso da Liga Guineense e do Centro Escolar Republicano de Bissau. **República e Colonialismo na África Portuguesa. Elementos para uma Reflexão.** Porto: Afrontamento, p. 53-78, 2012.

TCHEKA, Tony. **Noites de insónia na terra adormecida.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1996.

VUNGE, Adebayo. **Dos Mass Mídia em Angola – Um contributo para a sua Compreensão Histórica**. Luanda: Edição do autor, 2006.

## **FONTES ONLINE**

ECONOMIST Intelligence. **Ranking de democracia no mundo**. In: [www.eiu.com](http://www.eiu.com). Acesso em: 06.03.2018.

FREEDOM House. **Geografia da liberdade de expressão no mundo**. Disponível em: [www.freedomhouse.org](http://www.freedomhouse.org). Acesso em: 06.03.2018.

Miguel Baltazar. **Presidente angolano exonera administração de todas as empresas públicas de comunicação social**. Disponível: <https://www.jornaldenegocios.pt>. Acesso em: 17.05.2018.

Luís Villalobos e Pedro Crisóstomo. **Filho de José Eduardo dos Santos afastado do Fundo Soberano de Angola**. Disponível: <https://www.publico.pt>. Acesso em: 17.05.2018.

**O poder em Angola concentrado nas mãos de uma família**. Disponível: <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional>. Acesso em: 17.05.2018

QUEIROZ, Artur. A imprensa em Angola no século XIX. **Jornal de Angola--online**. Disponível em: [http://jornaldeangola.sapo.ao/17/0/a\\_imprensa\\_em\\_angola\\_no\\_seculo\\_ixi](http://jornaldeangola.sapo.ao/17/0/a_imprensa_em_angola_no_seculo_ixi). Acesso em: 05.05.2018

REPÓRTERES Sem Fronteira. **Relatório sobre a liberdade de imprensa no mundo (índices)**. Disponível: <http://en.rsf.org/press-freedom-index-2010,1034.html>. Acesso em: 01.03. 2018.

## ANEXO

### ANEXO I - POSIÇÃO GEOPOLÍTICA DE ANGOLA E CABO VERDE EM ÁFRICA

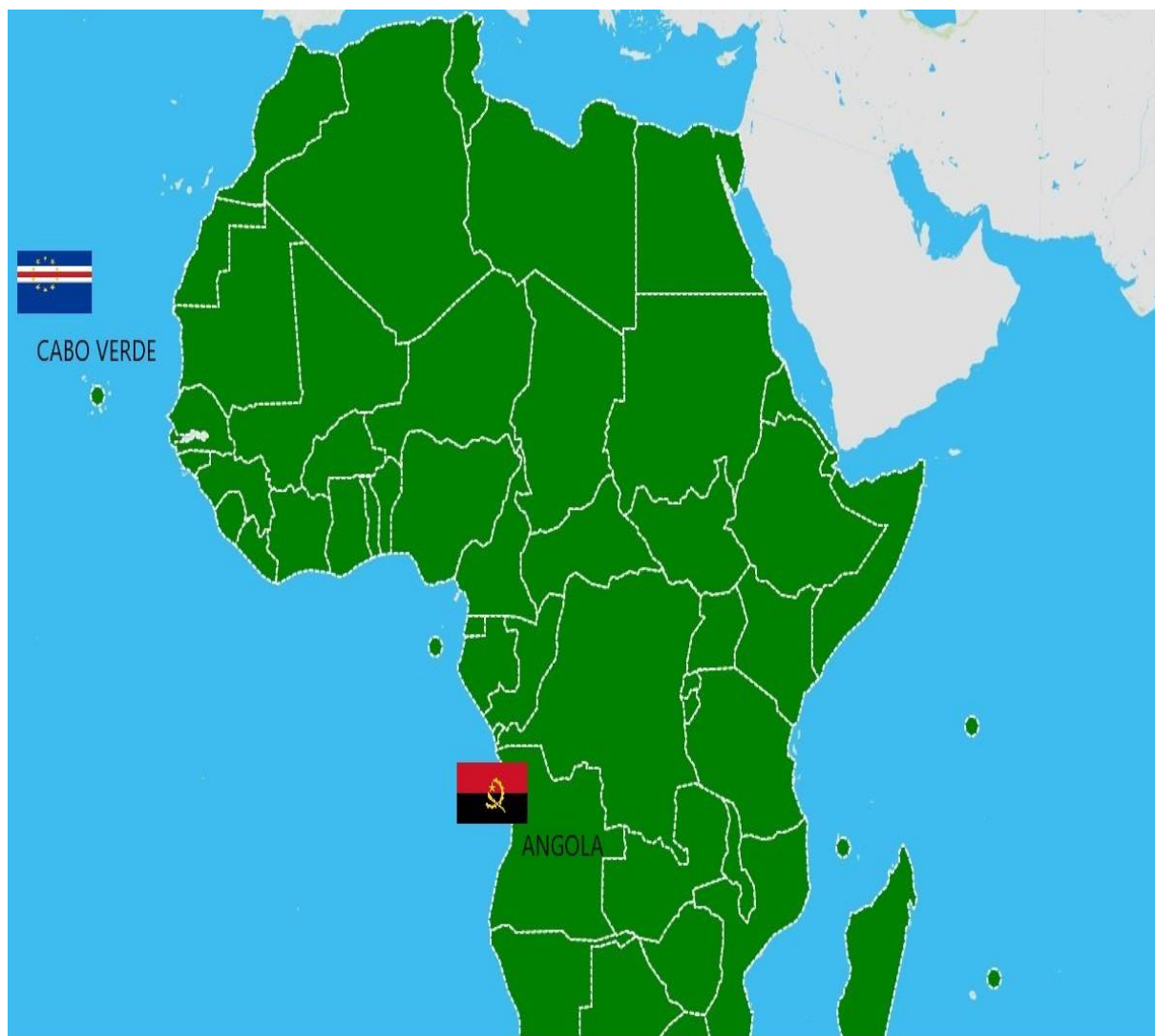


Fig.2

## **ANEXO II- CASOS DE VIOLAÇÕES À LIBERDADE DE IMPRENSA EM ANGOLA**

Em Angola, além do controle de conteúdo midiático, ameaças, mortes e prisões são muito presente no exercício da profissão dos jornalistas.

Um dos grandes casos e mais impactante que ficou na história da violação dos á liberdade de imprensa , foi a morte do primeiro jornalista angolano, Ricardo de Mello, em 18 de janeiro de 1995 morto a tiros enquanto subia as escadas do seu prédio. O jornalista era diretor do Jornal Imparcial Fax e é reconhecido pelo seu estilo editorial de denúncia de casos de corrupção, abuso de poder, e do abandono do país para a destruição pelos senhores da guerra.

Em 1996, outros jornalistas foram mortos. António Casimiro e Simão Roberto, que estava a serviço da Rádio Nacional de Angola, foi morto quando saía da Presidência da República.

Um dos casos recentes de morte, é do jornalista, Alberto Chakussanga da Rádio Despertar, morto na própria casa 24 horas após um comentário sobre o Bureau Político em setembro de 2010. O nome de Chakussanga foi colocado no museu Internacional da Liberdade de Imprensa nos EUA como jornalistas mortos no exercício da profissão. (CRUZ, 2012)

Também o outro jornalista da Rádio Despertar, do programa Ndjando de humor crítico, António Manuel foi esfaqueado em outubro do mesmo ano. A tentativa de assassinato deu-se na altura em que os Repórteres Sem Fronteira lançaram o relatório daquele ano e classificaram Angola na 104º posição, como sendo o pior país no âmbito da CPLP para o exercício do jornalismo. Segundo Domingos Cruz (2012) alguns dias antes do ocorrido a ministra da comunicação social, Carolina Cerqueira, e o Secretário para Informação do MPLA, Rui Falcão, fizeram ameaças ao tom crítico e do modo ousado usado pela estação.

Em outubro de 2011, o correspondente da Voz da América, José Manuel do enclave de Cabinda<sup>8</sup>, foi alvo de perseguição. Segundo o Club K (2011, p.2) no final daquele alguns homens armados rondavam a sua casa, supostamente com intuito de lhe matar, mas o jornalista não se encontrava em sua residência. Acionaram as autoridades policiais locais, mas nada fizeram.

---

<sup>8</sup> Cabinda é uma das 18 províncias da República de Angola, localizada geograficamente mais ao norte, limitado ao norte pela República do Congo, a leste e ao sul pela República Democrática do Congo.

Em 2010 os jornalistas Joana Maria Pedro Macie, do Jornal de Notícias de Moçambique, e Manuel Lourenço Cossa, do Jornal Magazine, pretendiam fazer cobertura da Cimeira da SADC<sup>9</sup>, foram negados a entrada no país depois de aterrarem no Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro. As autoridades migratórias não apresentaram nenhum argumento plausível. (Voz da América, 2011 p.4) Domingos Cruz (2012, p. 117-118) comenta que, “ pelo que a sociedade angolana deduz, nos comentários, que tem a ver com a repulsa habitual das autoridades em relação aos jornalistas. Fatos similares aconteceram noutras ocasiões com jornalistas de várias partes do mundo. Para recordar, foi negado aos jornalistas da SIC, de Portugal, o visto para cobrirem as eleições parlamentares de 2008.”

Após uma crítica ao governo e seus governantes, a Media Investments, um grupo multimídia ligado a Isabel dos Santos, filha do ex presidente e generais da Casa Militar da PR implementaram uma nova estratégia de forma silenciar a mídia privada. Então compraram jornais que não estavam sob o seu controle, com isso a cooptação de profissionais. Num período de dois já tinham mais três jornais ‘satíricos ao regime’: o A Capital, Novo Jornal e o Semanário Angolense. Após a compra, todos os profissionais ‘tidos como personas não gratas foram saneados’ e no Semanário Angolense deu-se a expulsão do articulista Rafael Marques, ativista cívico e investigador que tinha uma página dedicada exclusivamente à corrupção. Inclusive, o jornalista já foi acusado de calúnia e difamação pelo Presidente da República, na qual foi decretado a prisão. Contudo foi libertado após pressão interna e externa. O jornalista também já foi expulso do Jornal de Angola, que pertence ao governo. Hoje, escreve e publica artigos em jornais de Portugal.

Consoante a compra do jornal Semanário Angolense (2010, p. 9), os polícia nacional iniciou a recolha de jornais que estavam à venda nas bancas. Esta prática é muito comum no país e se repete-se várias vezes quando há uma notícia crítica ao governo ou suas personalidades.

Em agosto de 2010, uma edição inteira foi queimada numa gráfica. O jornal A Capital, apresentava um artigo que criticava a política habitacional de Angola, culpando a Presidência pelo ocorrido. Dois meses depois, em outubro, foi à vez do Semanário Angolense, que foi impedido de circular, porque os novos proprietários, ligados ao governo,

---

<sup>9</sup> Comunidade de Desenvolvimento dos Países da África Austral.

proibiram que a edição fosse às ruas, por causa das matérias sobre corrupção envolvendo todas as personalidades do governo. (CRUZ, 2012, p.119)

Ainda em 2010, no mês de outubro, foi retirado o artigo da edição nº 390 de uma professora universitária e colunista do jornal Semanário Angolense, por criticar o ditador da República da Guiné Equatorial, Teodoro Obiang Ngema, amigo do ex Presidente angolano, Eduardo dos Santos.

Já em 2011, no dia da independência, dia 11 de novembro, foi preso o jornalista Manuel Augusto da Rádio Ecclesia, ao longo de uma cobertura de uma manifestação, que exigia esclarecimentos por parte do Presidente da República sobre os desvios de mais de 700000000 milhões de dólares subtraídos das contas nacionais. O jornalista foi agredido e retirado seus instrumentos de trabalho. Para além do Manuel Augusto outros vários jornalistas sofreram agressões. assim como também dezenas de manifestantes, que foram detidos e condenados. A polícia angolana usa o mesmo procedimento em outras manifestações, cavalos, cães e armas de alto calibre.

Os casos acima apresentados são apenas um corte das múltiplas ameaças em que os jornalista são submetidos, tanto à julgamentos, sentenças que acabam muitas vezes em prisões e/ou multas que impossibilitam a prática da liberdade de imprensa.

**ANEXO III- VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO PRESENTE EM ANGOLA E CABO VERDE**

**A) Angola**

<b>Emissoras da rádio existentes</b>	<b>Emissoras da radio mais ouvidas</b>	<b>Emissoras da radio pertencentes ao estado</b>	<b>Emissoras da radio particulares</b>
<b>Radio Canal A</b>	Radio Canal A-Radio nacional de Angola RNA (Principal)	Radio Canal A-Radio nacional de Angola RNA (Principal).	Rádio Cacuaco
<b>Radio Cazenga</b>	Rádio 5	Rádio 5	Rádio Unia
<b>Radio Kairós</b>	Radio N'gola Yetu	Radio YETUN'GOLA	Rádio Romântica
<b>Radio MFM</b>	Radio Luanda	Radio Luanda	Rádio Ecclesia
<b>Radio N'gola Yetu</b>			Rádio Mais
<b>Radio Despertar</b>			Radio FM Stéreo
<b>Radio Luanda</b>			Rádio Cacuaco
<b>Rádio 5</b>			Rádio Unia
<b>Rádio Cacuaco</b>			Rádio Romântica
<b>Rádio Unia</b>			Rádio Ecclesia
<b>Rádio Romântica</b>			Rádio LAC
<b>Rádio Ecclesia</b>			Radio Cazenga
<b>Rádio Mais</b>			Radio Kairós
<b>Radio FM Stéreo</b>			
<b>Rádio LAC</b>			

**Quadro 1 . Emissoras da rádio existentes em Angola, as que pertencente ao estado e as privadas.**



<b>Impresso (Jornais)</b>	<b>Impresso (Jornais) destacados</b>	<b>Impresso (Jornais) ligado ao Estado</b>	<b>Impresso (Jornais) Particulares</b>
<b>O Apostolado</b>	Jornal de Angola	Jornal de Angola	Angolense
<b>A Capital (Angola)</b>	Folha 8	Jornal dos Desporto	Folha 8
<b>Ebonet Notícias</b>	Jornal dos Desporto	Jornal de Economia (Grupo Jornal de Angola)	O País semanal
<b>Folha 8</b>	O País semanal		Jornal Nova Gazeta
<b>Jornal de Angola</b>	Angolense		Novo Jornal
<b>Jornal Nova Gazeta</b>			O Pensador
<b>Novo Jornal</b>			Ebonet Notícias
<b>Jornal de Economia (Grupo Jornal de Angola)</b>			Semanário Económico (Angola) (Grupo Medianova)
<b>Jornal dos Desportos (Grupo Jornal de Angola)</b>			STESS Magazine
<b>O País semanal (Grupo Medianova)</b>			Socijornal (Grupo Medianova)
<b>O Pensador</b>			Revista Human Capital Angola
<b>Ebonet Noticias</b>			Revista Exame (Grupo Medianova)
<b>Semanário Económico (Angola) (Grupo Medianova)</b>			Semanario Angolense
<b>STESS Magazine</b>			Economia & Mercado
<b>Socijornal (Grupo Medianova)</b>			
<b>Revista Human Capital Angola</b>			
<b>Revista Exame (Grupo Medianova)</b>			Austral
<b>Semanario Angolense</b>			Angola' In

<b>Economia &amp; Mercado</b>			<b>Revista Kuia</b>
<b>Austral</b>			<b>Zwela Angola</b>
<b>Angola' In</b>			<b>Revista Draft Angola (Edit Now Produções)</b>
<b>Revista Kuia</b>			<b>Semanário Económico (Angola) (Grupo Medianova)</b>
<b>Zwela Angola</b>			<b>Jornal Nova Gazeta</b>
<b>Revista Draft Angola (Edit Now Produções)</b>			<b>Novo Jornal</b>
<b>Semanário Económico (Angola) (Grupo Medianova)</b>			

**Quadro 2.** Impresso existente, privado, como aos que pertencente ao Estado.

**TV:** TPA (Televisão Pública de Angola) – Estado

TV ZIMBO - Privado

RecordTV Angola - Privado

## B) Cabo Verde

Emissoras da rádio existentes em Cabo Verde	Emissoras da rádio mais ouvidas	Emissoras da rádio pertencentes ao estado	Emissoras da rádio particulares
<b>RDP África</b>			
<b>RCV (rádio de Cabo Verde)</b>	<b>RCV</b>	RCV	
<b>RCV Mais (Rádio de Cabo Verde Mais)</b>	<b>RCV Mais</b>	RCV Mais	
<b>Rádio Criola FM</b>	<b>R. Criola FM</b>		Rádio Criola FM
<b>Rádio Praia FM</b>	<b>R. Praia FM</b>		Rádio Praia FM
<b>Rádio Comercial</b>			Rádio Comercial
<b>Rádio Morabeza</b>			Rádio Morabeza
<b>RFI Afrique (Rádio França Internacional )</b>			
<b>Rádio Nova (emissora cristã)</b>			Rádio Nova
<b>Rádio Educativa</b>		Rádio Educativa	Rádio Educativa
<b>Rádio Dimensão Atlântica</b>			Rádio Dimensão Atlântica
<b>Praia FM 2 – Rádio Kultura</b>			Praia FM 2 – Rádio Kultura
<b>Rádio comunitária Voz de Ponta d'Água</b>	<b>R. Voz de Ponta d'Água</b>		Rádio comunitária Voz de Ponta d'Água
<b>Rádio Comunitária do Maio</b>			
<b>Rádio Comunitária Ribeira Brava</b>			

<b>Rádio Comunitaria dos Espargos</b>			
<b>Rádio Comunitária da Boavista</b>			
<b>Rádio Comunitária Morro curral</b>			
<b>Rádio Comunitária Amuipaúl</b>			
<b>Rádio Comunitária Tarrafal de S. Nicolau</b>			

**Quadro 3.** Emissoras de rádio existentes em Cabo Verde, as que pertencente ao estado, e as privadas.

<b>Impresso (Jornais)</b>	<b>Impresso (Jornais) destacados</b>	<b>Impresso (Jornais) ligado ao Estado</b>	<b>Impresso (Jornais) Particulares</b>
A Semana	A Semana		A Semana
Expresso das Ilhas	Expresso das Ilhas		Expresso das Ilhas
A Nação CV			A Nação CV
Hoje Cabo Verde			Hoje Cabo Verde

**Quadro 4.** Impresso existente em Cabo Verde. Não existe jornal impresso pertencente ao Estado em Cabo Verde. Nenhum dos jornais são diários.

**TV:** TCV (Televisão de Cabo Verde) – Estado

Tiver (Televisão Independente de Cabo Verde) – Privado

RecordTV Cabo Verde – Privado